

DIÁLOGO GLOBAL

12.3

3 edições por ano em vários idiomas

Falando de sociologia
com Michele Ford

Dimitra Laurence Larochelle

Michael Burawoy –
Sociologia pública

Svetlana Yaroshenko
Elena Zdravomyslova
Sari Hanafi
Margaret Abraham

Diálogos
interseccionais

Kathy Davis
Helma Lutz
Ann Phoenix
Barbara Giovanna Bello
Ethel Tungohan
Amund Rake Hoffart

Perspectivas
teóricas

Koichi Hasegawa

Perspectivas
sobre a Ucrânia

Nataliya Chernysh
Yuriy Pachkovskyy
Darie Cristea

Seção aberta

- > **Por que precisamos de dados comparativos interseccionais LGBT+**
- > **Reconhecimento, citação e injustiça epistêmica**
- > **Corpos lucrativos e mobilidades assistenciais na Europa Central e Oriental**
- > **Trabalho doméstico intermediado: o mercado Sri Lanka-Saudita**

REVISTA



International
Sociological
Association
isa

VOLUME 12 / EDIÇÃO 3 / DEZEMBRO 2022
<https://globaldialogue.isa-sociology.org/>

GD



> Editorial

Nesta edição, a seção ‘Falando de sociologia’ apresenta uma entrevista conduzida por Dimitra Laurence Larochelle com a renomada cientista Michele Ford, que fornece *insights* sobre suas atividades de consultoria para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), os desafios para pesquisadores da sociologia e as dificuldades que podem ser enfrentadas pela luta pelos direitos trabalhistas.

Nossa primeira seção refere-se ao trabalho mais impressionante e inspirador de Michael Burawoy. Como ex-presidente da ISA e fundador da *Diálogo Global*, ele iniciou e influenciou um amplo debate sobre sociologia pública e global. Sari Hanafi, atual presidente da ISA, Margaret Abraham, ex-presidente da ISA, e Svetlana Yaroshenko e Elena Zdravomyslova refletem sobre sua colaboração com ele e sobre seu recente livro *Public Sociology: Between Utopia and Anti-Utopia*. Também lançam luz sobre a sociologia pública de diferentes perspectivas.

A segunda seção, organizada pelas proeminentes especialistas Kathy Davis e Helma Lutz mostra como a teoria itinerante e o conceito de interseccionalidade são elaborados, retrabalhados e implantados em diferentes contextos. Esta compilação de artigos fornece uma visão geral sobre as maneiras pelas quais a interseccionalidade tem sido influente e como estudiosos e ativistas pensam sobre desigualdade, poder e mudança social, tanto local quanto globalmente. Ann Phoenix, Barbara Giovanna Bello, Ethel Tungohan e Amund Rake Hoffart cobrem uma ampla gama de tópicos.

Na seção teórica, Koichi Hasegawa reflete sobre o movimento Fridays for Future a partir de uma perspectiva de movimento social, com foco no enquadramento cultural, mobilização de recursos e na estrutura de oportunidades políticas, e examinando porque essas campanhas têm sido tão bem-sucedidas e porque a participação foi baixa e lenta no Japão em comparação com outros países.

Diante da guerra de agressão contra a Ucrânia, como testemunhado no verão de 2022, concedemos o nosso foco ao país. Referindo-se aos debates sociológicos sobre globalização, Nataliya Chernysh considera o papel da sociologia na fase pós-globalização em relação a esta guerra. Yuriy Pachkovskyy lida com a experiência concreta da invasão, o trauma coletivo e as consequências a serem tiradas da guerra. Darie Cristea

pergunta sobre o lugar da sociologia diante de um “dilema de segurança” e da ascensão de movimentos e partidos antissistêmicos.

Na ‘Seção Aberta’ Sait Bayrakdar, Andrew King e Jana Bacevic refletem sobre a sensibilidade necessária para a diversidade e a interseccionalidade no trabalho científico, estudos e pesquisas representativas, bem como questões epistêmicas, enquanto Petra Ezzeddine, Kristine Krause e Wasana Handapangoda investigam diferentes formas da comercialização transnacional contemporânea do cuidado.

Há cinco anos, iniciamos nossa editoria da *Diálogo Global* sabendo que seria uma honra, mas também um desafio suceder ao seu fundador e ex-editor Michael Burawoy. Agora que nossa editoria está chegando ao fim, cabe aos leitores da *Diálogo Global* julgar sobre o trabalho feito ao longo dos anos. Juntamente com nossos editores assistentes Raphael Deindl, Johanna Grubner, Walid Ibrahim e Christine Schickert, que fizeram um grande trabalho em todo esse tempo, somos muito gratos por sua maravilhosa e inspiradora colaboração para: os editores regionais e suas equipes de todo o mundo, que de fato tornaram a *Diálogo Global* global e acessível para amplos públicos acadêmicos e não acadêmicos; editores-chefes Lola Busuttill e August Bagà como a espinha dorsal criativa e organizacional da revista; editores associados Aparna Sundar e Christopher Evans por sua valiosa edição de cópias; Presidente e secretariado da ISA por seu apoio contínuo; e todos os autores da *Diálogo Global* por darem insights sobre a sociologia vívida em tantos lugares ao redor do mundo. Foi um prazer ser uma parte ativa desta incrível equipe da *Diálogo Global* e sentiremos falta de todos eles. Estamos agora muito felizes por acolher como seu novo editor Breno Bringel, um sociólogo político de renome internacional e membro de longa data da ISA, que sem dúvida continuará a avançar e crescer no *Diálogo Global* nos próximos anos. ■

Brigitte Aulenbacher e Klaus Dörre,
editores da *Diálogo Global*

> A *Diálogo Global* pode ser encontrada em vários idiomas em seu [website](#).

> Submissões devem ser enviadas a globaldialogue.isa@gmail.com.

isa International
Sociological
Association

**DIÁLOGO
GLOBAL**



> Equipe editorial

Editores: Brigitte Aulenbacher, Klaus Dörre.

Editores assistentes: Raphael Deindl, Johanna Grubner, Walid Ibrahim.

Editor associado: Christopher Evans.

Editores executivos: Lola Busuttil, August Bagà.

Consultor: Michael Burawoy.

Consultor de mídia: Juan Lejárraga.

Conselho editorial:

Sari Hanafi, Geoffrey Pleyers, Filomin Gutierrez, Eloísa Martín, Sawako Shirahase, Izabela Barlinska, Tova Benski, Chih-Jou Jay Chen, Jan Fritz, Koichi Hasegawa, Hiroshi Ishida, Grace Khounou, Allison Loconto, Susan McDaniel, Elina Oinas, Laura Oso Casas, Bandana Purkayastha, Rhoda Reddock, Mounir Saidani, Ayse Saktanber, Celi Scalón, Nazanin Shahrokni.

Editores Regionais

Mundo Árabe: (Tunísia) Mounir Saidani, Fatima Radhouani; (Líbano) Sari Hanafi.

Argentina: Magdalena Lemus, Juan Parcio, Dante Marchissio.

Bangladesh: Habibul Khondker, Khairul Chowdhury, Fatema Rezina Iqbal, Mumita Tanjeela, Mohammad Jasim Uddin, Bijoy Krishna Banik, Sabina Sharmin, Abdur Rashid, Sarker Sohel Rana, Md. Shahidul Islam, A.B.M. Najmus Sakib, Eashrat Jahan Eyemoun, Helal Uddin, Masudur Rahman, Shamsul Arefin, Yasmin Sultana, Syka Parvin, Ruma Parvin, Saleh Al Mamun, Ekramul Kabir Rana, Sharmin Akter Shapla, Md. Shahin Aktar.

Brasil: Fabrício Maciel, Andreza Galli, Ricardo Visser, Gustavo Dias, José Guirado Neto, Jéssica Mazzini Mendes.

França/Espanha: Lola Busuttil.

Índia: Rashmi Jain, Rakesh Rana, Manish Yadav, Pragya Sharma.

Indonésia: Hari Nugroho, Lucia Ratih Kusumadewi, Fina Itriati, Indera Ratna Irawati Pattinasarany, Benedictus Hari Juliawan, Mohamad Shohibuddin, Dominggus Elcid Li, Antonius Ario Seto Hardjana, Diana Teresa Pakasi, Nurul Aini, Geger Riyanto, Aditya Pradana Setiadi.

Irã: Reyhaneh Javadi, Niayesh Dolati, Sayyed Muhamad Mutallebi, Elham Shushtarizade.

Cazaquistão: Aigul Zabirowa, Bayan Smagambet, Adil Rodionov, Almash Tlespayeva, Kuanysh Tel, Almagul Mussina, Aknur Imankul, Madiyar Aldiyarov.

Polônia: Urszula Jarecka, Joanna Bednarek, Marta Blaszczyńska, Anna Turner, Aleksandra Biernacka.

Romênia: Raluca Popescu, Raisa-Gabriela Zamfirescu, Bianca Mihăilă, Ruxandra Păduraru, Ana-Maria Rentea, Maria Vlasceanu.

Rússia: Elena Zdravomyslova, Daria Kholodova.

Taiwan: Wan-Ju Lee, Tao-Yung Lu, Yu-Wen Liao, Po-Shung Hong, Yi-Shuo Huang, Chien-Ying Chien, Zhi Hao Kerk, Mark Yi-wei Lai, Yun-Jou Lin, Yun-Hsuan Chou.

Peru: Gül Çorbacioğlu, Irmak Evren.



Nesta seção, os autores exploram o trabalho do fundador da Diálogo Global e ex-presidente da ISA **Michael Burawoy**, e em particular a questão da **sociologia pública**.



Pesquisadores da Ucrânia e da Romênia apresentam um panorama da **situação atual na Ucrânia** e na agressiva guerra russa, bem como suas consequências para a sociologia.



A seção teórica reflete, da perspectiva de movimentos sociais, sobre as razões pelas quais as **jornadas Fridays for Future** podem ser consideradas as mais bem sucedidas ações coletivas do passado recente.



A **Diálogo Global** é possível graças à generosa contribuição da **SAGE Publications**.

> Nesta Edição

Editorial 2

> FALANDO DE SOCIOLOGIA

Atuando globalmente: Sociólogos defendendo os direitos trabalhistas. Uma entrevista com Michele Ford

por **Dimitra Laurence Larochele, França** 5

> MICHAEL BURAWOY – SOCIOLOGIA PÚBLICA

Sociologia pública no contexto russo

por **Svetlana Yaroshenko e Elena Zdravomyslova, Rússia** 8

Empurrando a sociologia pública para a sociologia dialógica

por **Sari Hanafi, Líbano** 11

Refletindo sobre Michael Burawoy e a sociologia pública

por **Margaret Abraham, EUA** 13

> DIÁLOGOS INTERSECCIONAIS

Pensando local e globalmente sobre interseccionalidade

por **Kathy Davis, Holanda e Helma Lutz, Alemanha** 15

Passados interseccionais assombram futuros interseccionais

por **Ann Phoenix, Reino Unido** 17

Perspectivas interseccionais sobre os movimentos sociais

por **Barbara Giovanna Bello, Itália** 20

Solidariedades interseccionais e os trabalhadores cuidadores migrantes

por **Ethel Tungohan, Canadá** 22

A busca pela metáfora interseccional correta

por **Amund Rake Hoffart, Noruega** 24

Interseccionalidade como método crítico

por **Kathy Davis, Holanda e Helma Lutz, Alemanha** 26

> PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Fridays for future: Uma perspectiva de movimentos sociais

por **Koichi Hasegawa, Japão** 28

> PERSPECTIVAS SOBRE A UCRÂNIA

Como a guerra russo-ucraniana afeta a sociologia

por **Nataliya Chernysh, Ucrânia** 31

Trauma coletivo e individual

por **Yuriy Pachkovskyy, Ucrânia** 33

A guerra na Ucrânia muda o que pensávamos saber

por **Darie Cristea, Romênia** 35

> SEÇÃO ABERTA

Por que precisamos de dados comparativos interseccionais LGBT+

por **Sait Bayrakdar e Andrew King, Reino Unido** 37

Quem sabe? Reconhecimento, citação e injustiça epistêmica

por **Jana Bacevic, Reino Unido** 39

Corpos lucrativos e mobilidades assistenciais na Europa

Central e Oriental

por **Petra Ezzeddine, República Tcheca e Kristine Krause, Holanda** 41

Trabalho doméstico intermediado: O mercado Sri Lanka-Saudita

por **Wasana Handapangoda, Áustria e Sri Lanka** 43

“Na sociologia, é muito fácil ficar realmente atolado em pesquisas de nível micro – e isso é importante – mas é bom poder articular isso a questões maiores”

Michele Ford

> Atuando globalmente:

Sociólogos defendendo os direitos trabalhistas

Entrevista com Michele Ford



A professora **Michele Ford** é diretora do Centro do Sudeste Asiático de Sydney, Austrália. Sua pesquisa se concentra nos movimentos trabalhistas do Sudeste Asiático, na interseção entre sindicatos nacionais e internacionais, na migração do trabalho e no engajamento do trabalho no âmbito político. Seu trabalho tem sido apoiado por uma série de bolsas do Conselho Australiano de Pesquisa (ARC) relacionadas a esses e outros tópicos. Atualmente, ela lidera a ARC *Projetos de descoberta* sobre relações de trabalho na indústria de vestuário de Mianmar e na indústria de pesca comercial da Indonésia, e um Projeto ARC *Projeto de ligação* sobre respostas sindicais à violência de gênero na indústria da construção do Camboja. Além de seu trabalho acadêmico, participou de extensos trabalhos de consultoria para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o movimento trabalhista internacional e o governo australiano.

Michele Ford é entrevistada por **Dimitra Laurence Laroche**, bolsista de pós-doutorado na Université Polytechnique Hauts-de-France, França. Ela é Representante da Juventude nas Nações Unidas para a ISA (International Sociological Association), membro do conselho do Comitê de Pesquisa em Sociologia da Comunicação, Conhecimento e Cultura (RC14), Editora Associada da *Art Style / Art & Culture international Magazine* e membro do conselho editorial da revista internacional *THESIS*.

D.L.L.: Poderia me contar sobre sua relação com a Organização Internacional do Trabalho? Há quanto tempo você coopera com a OIT e de que maneira?

M.F.: Eu entrei em contato com a OIT em Mianmar. Em 2013, eu estava fazendo um trabalho olhando como as relações industriais estavam surgindo após a transição para lá e, como parte disso, entrevistei pessoas que trabalhavam para a OIT. Como também dirijo o Centro do Sudeste Asiático de Sydney, decidi que seria útil me engajar institucionalmente, e executar um *workshop* para sindicalistas, empregadores e funcionários do governo para lhes

dar uma noção do que outros países estavam fazendo em torno das relações industriais. Apresentei essa ideia ao escritório da OIT em Mianmar e eles ficaram muito felizes em colaborar. Algo como 70 ou 80 pessoas, incluindo o Ministro e diretores gerais relevantes compareceram. Foi uma colaboração muito boa. Depois disso, algumas dessas pessoas, que passaram para outros papéis dentro da OIT, me pediram para fazer outras coisas. Por exemplo, trabalhei com um colega meu em um artigo de fundo sobre a indústria de vestuário em oito países da Ásia, que foi apoiado pelo escritório regional da OIT.

Então, em 2019, viajei para Genebra para algum trabalho de campo com os sindicatos globais. Alguém na OIT tinha visto um livro que eu tinha escrito sobre sindicatos globais e migração de mão-de-obra e me pediu para fazer uma apresentação e enquanto eu estava lá fazendo isso, eu tive algumas entrevistas com várias pessoas e uma delas era o chefe da mesa Ásia-Pacífico da Secretaria de Atividades Trabalhistas (ACTRAV). Mais tarde, ele me encarregou de realizar pesquisas sobre os trabalhadores da indústria de dende na Indonésia e sobre estratégias sindicais digitais na Ásia e no Pacífico.

O interessante é que algumas das coisas que publiquei na OIT têm sido bastante críticas, por exemplo, sobre o seu papel em Mianmar, mas sinto que as pessoas com quem me envolvo estão realmente sendo bastante abertas a isso. Quero dizer, se não estivessem abertos, não se envolveriam comigo. As pessoas com quem me envolvi na OIT respeitaram meu papel como amigo/forasteiro crítico. Então, não acho que seja comprometedor para mim me envolver com eles. Se fosse, eu não faria isso.

D.L.L.: Poderia me dizer como aplica suas lentes sociológicas e habilidades na OIT? Mais precisamente, você poderia explicar como um sociólogo pode agir dentro da ONU a fim de melhorar as soluções relativas a questões relacionadas ao trabalho?

M.F.: Acho que o principal é trazer uma lente acadêmica. Podemos gerar insights que a instituição não pode necessariamente gerar por si só. Se você olhar para a forma como a OIT funciona, ele comissiona um monte de gente para fazer pesquisa. Me deram muita liberdade para estruturar esses projetos porque são todos projetos orientados para pesquisa de fundo em vez de avaliações. Fiz muito trabalho de avaliação para o movimento sindical internacional, e estes têm sido bem diferentes. No caso da OIT, há algumas perguntas que eles querem respondidas, mas além disso eles foram muito abertos a me permitir estruturar o projeto e é aí que eu posso trazer minha experiência acadêmica, certo? Então, eu posso decidir que tipo de dados eu preciso e como eles devem ser coletados e tratados.

Quando comecei, estava preocupada que meu trabalho pudesse estar sujeito a alguma censura, já que a OIT tem que ser sensível sobre as perspectivas governamentais, bem como as perspectivas sindicais e patronais – e se houvesse, eu teria parado de trabalhar com eles. Mas não senti que tinha restrições. Foi uma surpresa agradável! Talvez essa seja uma das razões pelas quais eles gostam de fazer com que os pesquisadores externos [risos] – introduzam vozes diferentes no debate.

D.L.L.: Você disse antes que você dá feedback crítico e que as pessoas dentro da OIT são muito abertas e que você não tem nenhuma restrição. No entanto, você

já encontrou outros desafios? Em geral, quais são os desafios que um sociólogo pode enfrentar ao trabalhar em organizações internacionais? E se você já encontrou outros desafios, como você os superou?

M.F.: Para ser honesta, não é provavelmente algo que qualquer organização gostaria de ler [risos], mas a OIT é muito burocrática. Por causa disso, eles se movem muito lentamente. Então, por exemplo, em um projeto recente, eles prepararam um monte de entrevistas para mim com sindicatos na Ásia-Pacífico. Quero dizer, por um lado isso foi muito útil. Mas teria sido mais rápido para mim fazê-lo eu mesmo. A burocracia requer muita navegação. É uma grande organização, então quando você trabalha com eles, você tem que lidar com a maneira deles de fazer as coisas. Toda a mecânica de fazer as coisas... É muito diferente, por exemplo, de trabalhar com uma ONG que tem muita flexibilidade e uma equipe menor, para que as coisas possam ser feitas rapidamente. Mas certamente traz vantagens também porque a pesquisa que é feita para a OIT carrega um certo cachet. É um bom construtor de currículo. Sou professor titular, então não importa muito para mim em termos acadêmicos, mas em termos de credenciamento para outros tipos de trabalho aplicado, é muito útil ter trabalhado para a OIT.

Eu acho que seria muito diferente se você não fosse um acadêmico, se você estivesse vivendo em uma área de consultoria. Para as pessoas nessas situações, pode ser difícil, pois a OIT não oferece condições de trabalho muito boas para consultores, ou paga muito bem! Mas como acadêmico, é muito bom. Temos a oportunidade de influenciar o debate, certo? Essas pessoas estão tomando decisões sobre os programas que a OIT realizará. É um verdadeiro privilégio ter a oportunidade de alimentar seus processos de tomada de decisão. Essa é uma maneira de aplicar nossas habilidades acadêmicas e intelectuais a um problema do mundo real e você pode contribuir para um resultado realmente concreto porque este é um corpo que pode influenciar as coisas.

D.L.L.: Quais são os limites do engajamento de um sociólogo na ONU?

M.F.: Eu acho que as organizações no sistema das Nações Unidas são organizações muito grandes com muitas partes interessadas. Tudo deve ser muito medido politicamente por causa dessas partes interessadas. Além disso, a OIT tem uma base de financiamento relativamente pequena. Então, em muitos aspectos, tem que responder às agendas de seus doadores. Às vezes pode realmente facilitar um bom trabalho, mas às vezes um bom trabalho tem que ser abandonado porque não há financiamento contínuo ou, você sabe, os esforços das pessoas são empurrados em uma direção particular por causa da natureza das agendas de doadores. No caso da OIT, há um pequeno número de países que financiam a maioria de suas atividades. Então,

é claro que isso molda a agenda. Isso não é necessariamente uma coisa negativa, mas é uma limitação para as oportunidades dos sociólogos de ter impacto.

D.L.L.: Desde 2020, enfrentamos uma pandemia global que inevitavelmente tem consequências importantes sobre o trabalho e as condições de trabalho em todo o mundo. Que políticas você promoveu para fortalecer os direitos dos trabalhadores durante a pandemia? Há alguma área que tenha sido negligenciada na sua opinião?

M.F.: Não tanto negligenciada, mas em termos de algumas áreas-chave, algumas das questões candentes no momento, como as condições nas cadeias de suprimentos. Se olharmos para a indústria de vestuário, quando a pandemia de COVID se agravou, houve gargalos de logística e queda de pedidos de consumidores. De repente as fábricas não tinham mais pedidos. Elas tiveram que reduzir as horas de trabalho das pessoas ou se livrar delas. Nisso, as marcas fazem muito barulho sobre todas as coisas que fazem pelos trabalhadores. Mas, então, em um momento de crise como o COVID, você vê a rapidez com que elas se retiram. Muito trabalho tem sido feito nos últimos 20 a 30 anos na governança internacional do trabalho, inclusive através da OIT. Mas em termos de realmente ter sistemas onde multinacionais que não fazem a coisa certa em relação aos direitos trabalhistas são sancionadas, temos um longo caminho a percorrer.

Obviamente, a economia do trabalho temporário é de enorme interesse para os sociólogos do trabalho e das relações industriais no momento e, em alguns contextos, pode realmente levar a uma formalização do trabalho. Assim, em países como Índia e Indonésia, pessoas que antes eram informais, agora pelo menos têm alguém contra quem possam se organizar. Mas então, por outro lado, é claro que as plataformas são tão poderosas que podem ser um verdadeiro desafio para manter os direitos trabalhistas. É encorajador que haja casos judiciais agora em que o status dos motoristas de entrega como trabalhadores está sendo reconhecido, mas não acho que a OIT ou qualquer outra pessoa tenha realmente uma boa ideia ainda sobre como regular essas formas emergentes de trabalho.

Algo que a OIT tem feito muito trabalho ao longo dos anos, o que é ótimo, é tentar entender melhor o trabalho do setor informal e isso está realmente relacionado ao trabalho da plataforma digital. Em muitos aspectos, o trabalho em plataforma digital é uma forma intermediária entre o emprego formal e o emprego no setor informal. Acho que esta é uma oportunidade para nós, sociólogos, mas também como pessoas que querem se envolver no mundo real para tentar descobrir diferentes maneiras de representar o interesse do trabalhador em setores que não são formalizados.

Acho que seriam as minhas três grandes colocações. Estas não são questões novas ou especificamente relacionadas ao COVID, mas o COVID realmente sublinhou os problemas nessas indústrias. E, em seguida, de forma mais geral, a retração do Estado de bem-estar social, e a ausência do estado de bem-estar em países que nunca tiveram um em primeiro lugar. Você sabe, é em momentos como esses que fica realmente claro o quão profundamente isso afeta os indivíduos. Se você está na Noruega, na Grécia ou no Congo, a vida é muito diferente e o impacto de algo como uma pandemia é muito diferente. Eu acho que dessa forma também, é um pouco de um chamado às armas para defender a reafirmação do Estado de bem-estar social... A pandemia realmente enfatizou a importância de ter uma rede de segurança social.

D.L.L.: Você tem algum conselho para sociólogos juniores e cientistas sociais que estão começando uma carreira no campo internacional? Você tem alguma recomendação ou informação sobre a localização de oportunidades de trabalho?

M.F.: As organizações do sistema das Nações Unidas já são um grande empregador em seus próprios termos de cientistas sociais juniores, por isso há muitos empregos no sistema e também nos outros tipos de organizações que se agrupam em torno do sistema. Em ONGs internacionais, e assim por diante, há também muitas pessoas com doutorado.

Se alguém está em um caminho acadêmico, então eu realmente acho que é muito gratificante se envolver com organizações como a OIT. Isso fundamenta nossa pesquisa na realidade, e nos tira do nível micro. Na sociologia, é muito fácil ficar realmente atolado em pesquisas de nível micro – e isso é importante – mas é bom poder articular isso a questões maiores. Olhar como funciona o sistema das Nações Unidas nos ajuda a gerar algumas dessas questões maiores. As respostas a essas perguntas podem não ser as respostas que necessariamente o próprio sistema quer ouvir. Mas, na verdade, sendo aquelas vozes engajadas, mas críticas, acho que temos um potencial para influenciar esse sistema em si, mas também os grupos da sociedade ao redor do mundo que o sistema espera servir.

Em termos práticos, é importante que os pesquisadores juniores entrem em equipes, façam *networking* dentro do seu campo, façam contato com os praticantes, sejam um bom contribuinte... Para que quando alguém estiver procurando alguém para se envolver no projeto, eles pensem em você. Há o *networking* em si e, então, há a prova de seu valor. Eventualmente, você se torna uma das pessoas procuradas. ■

Contato com Michele Ford <michele.ford@sydney.edu.au>

> Sociologia pública no contexto russo

por **Svetlana Yaroshenko** e **Elena Zdravomyslova**, Associação de Sociólogos de São Petersburgo, Rússia



“Debate sobre sociologia pública em São Petersburgo,” Eugenia Golant 2015.

Neste texto, discutimos os desafios enfrentados pela sociologia pública na Rússia de hoje. A questão subjacente que abordamos é: O que podemos dizer de compromisso profissional em um regime político cujo nome ainda está para ser encontrado? Estamos vivendo atualmente o verdadeiro pesadelo distópico da “operação militar especial” – a guerra na Ucrânia – e aqui descrevemos seus efeitos sobre a sociologia *in statu nascendi*. Referimos-nos às discussões e pesquisas conduzidas na Rússia, à nossa experiência profissional e ao livro de Michael Burawoy de 2021, *Public Sociology: Between Utopia and Anti-Utopia* (2021), que discutimos com colegas, incluindo os mencionados por Burawoy no prefácio de seu livro e pesquisadores que contribuíram para o desenvolvimento da sociologia pública russa.

> Inspiração de Michael Burawoy

Michael Burawoy identifica várias características da sociologia em regimes não democráticos. Ele afirma que, em tais circunstâncias, a sociologia funciona como “uma correia de transmissão para a ideologia do estado-partido” e existe principalmente sob a forma de sociologia política servil. A liberdade acadêmica é limitada e os estudiosos experimentam um rígido controle sobre suas atividades profissionais. Consideramos que essa orientação subordinada ao Estado-partido é uma marca de nascença indesejada da sociologia na Rússia e a adesão a este caminho é difícil de superar.

No entanto, a corrente oposicional da sociologia profissional crítica e seu compromisso com a abertura pública também são importantes no cenário sociológico russo. Embora a sociologia empírica tenha existido geralmente na forma de pesquisa política dirigida ou orientada, há

também sociólogos que têm lutado pela autonomia profissional, pelo direito de prover conhecimento independente e pela possibilidade de discutir abertamente questões dentro da comunidade sociológica e com o público não acadêmico. Sociólogos russos sempre se esforçaram para serem intelectuais públicos. Nos anos soviéticos, os melhores sociólogos infelizmente reclamaram do caráter meramente ornamental e da inutilidade de suas pesquisas. Eles forneceram o diagnóstico social e deram conselhos que ninguém ouvia no regime autoritário.

Burawoy afirma que, para “florescer, nossa disciplina precisa de engajamento público”. A autorreflexão dos sociólogos russos confirma esta afirmação. Debatendo as perspectivas para os sociólogos russos nos anos 2000, os estudiosos concordaram que a “pobreza teórica” e a falta de profissionalismo são causadas pela fraqueza da sociedade civil, lacunas na institucionalização e falta de autonomia ([Romanov & Yarskaya 2008](#); [Sokolov 2009](#)). Uma parte da comunidade profissional expressou esperanças de que a democratização e a integração na comunidade sociológica global ajudassem a superar as limitações da sociologia política superficial e servil. Outros enfatizaram a tendência de fragmentação e falta de comunicação profissional ([Lytkina & Yaroshenko 2019](#)).

> Conquistas da sociologia pública no século XXI

Nos tempos pós-soviéticos, a visibilidade da sociologia no domínio público cresceu. As alegações de sociologia pública sempre repercutiram com a ideia popular de nossa profissão. Novas gerações de sociólogos russos acreditam que realizar pesquisas sociológicas é se envolver com cidadãos; eles realizam pesquisas direcionadas a iniciativas de base e ONGs. Assim, a ideia de sociologia pública orgânica ganhou apoio dentro da comunidade profissional russa.

Mas, em sua maioria, o que ainda vemos são os efeitos da sociologia pública tradicional: palestras públicas, entrevistas, avaliações de especialistas, popularização de dados de pesquisa; todas essas atividades agora contam em classificações profissionais. O engajamento público traz benefícios materiais e simbólicos para instituições e indivíduos. Nas últimas décadas, os sociólogos russos aprenderam a se comunicar com a mídia (fazendo escolhas informadas de interlocutores confiáveis da mídia). Este know-how tornou-se uma conquista da sociologia pública tradicional na Rússia. Há algum tempo, houve uma divisão política que se tornou uma característica importante do campo sociológico na Rússia. Até recentemente, representantes de diferentes campos cada um encontrou seus próprios meios de publicidade. Para sociólogos pú-

>>

blicos críticos, houve um nicho confiável composto por diferentes agências que estavam preparadas para trabalhar com eles, incluindo o canal de rádio Ekho Moskv, [Eco de Moscou] o jornal *Novaya Gazeta* [Nova Gazeta], e vários recursos on-line.

No entanto, com o aperto do regime autoritário, o domínio público diminuiu gradualmente. O jornalismo crítico e a pesquisa, representados por indivíduos e instituições, foram forçados a sair do domínio público oficial. Ou foram rotulados como “agentes estrangeiros”, sofreram transformações ideológicas através da autocensura, ou simplesmente foram liquidados.

> **Legislação repressiva, desempoderamento da sociedade civil e sufocamento da sociologia pública**

Antes do malfadado dia de 24 de fevereiro de 2022, quando a “operação militar especial” na Ucrânia foi lançada pelas autoridades estatais russas, a autocracia conseguiu descapacitar a sociedade civil russa, limitando a capacidade das classes populares de influenciar a política estatal. A perseguição recente foi tornada legalmente possível por um conjunto de leis repressivas aprovadas pelo legislativo russo após protestos em massa contra fraude eleitoral em 2011-12. Mais especificamente, a legislação da “propaganda gay” (2013) restringe a liberdade de expressão e criminaliza a comunidade LGBTQI+. Contribuiu para a camisa de força dos estudos de gênero na Rússia. “A Lei dos Agentes Estrangeiros” (2012) tem funcionado como um garrote causando asfixia da sociedade civil e a restrição de atividades profissionais de instituições não estatais envolvidas em projetos orgânicos de sociologia pública. Esta lei inicialmente visava ONGs envolvidas em atividades políticas e recebimento de subvenções internacionais. Atualmente, a pesquisa de políticas e advocacia pública tornou-se objeto de tais qualificações. Organizações de direitos humanos e instituições de pesquisa não governamentais como o Memorial, o Centro Levada, o Centro de Pesquisa Social Independente e centros de estudos de gênero foram os primeiros alvos listados como agentes estrangeiros (AE). Os custos desse *status* “tóxico” são, muitas vezes, barreiras intransponíveis para a pesquisa social, que resultam no estreitamento da cooperação internacional, bem como na austeridade financeira e nas despesas burocráticas (Skibo 2020).

A aplicação das leis repressivas também sufocou a sociedade civil russa. Suas vozes ficaram enfraquecidas como se tentassem escapar de gargantas sufocantes. Cidadãos ativos, iniciativas cívicas e ONGs temem perseguição. O medo público, bem como a repressão real, produziu dificuldades respiratórias para a sociologia pública.

A maioria das ONGs tem procurado evitar o *status* estigmatizante e escolheu a estratégia de auto liquidação (Muitos centros de estudos de gênero fecharam.) Algumas ONGs AE continuaram suas atividades, realizando um ex-

perimento auto-imposto na sobrevivência. A autocensura tornou-se outra estratégia popular para pesquisadores e jornalistas que estão tentando continuar “negócios como de costume” sob condições sufocantes. Embora os canais oficiais de mídia tenham contatos restritos com AE, as mídias sociais começaram a constituir um domínio público alternativo para discussões abertas e oxigenadas.

No entanto, esta foi apenas a fase inicial da “operação especial” contra aquela parte da sociedade civil russa que ainda permaneceu não silenciada. Os dois anos da pandemia COVID-19 ajudaram a autocracia a proibir eventos públicos, esmagar protestos e mudar a atenção do público de assuntos internacionais para ameaças à saúde e vida pessoal.

> **A distopia da operação militar especial e a asfixia da sociologia pública**

Após o início da guerra na Ucrânia, a situação piorou drasticamente. Uma nova série de leis repressivas encerrou a discussão pública e criminalizou os protestos. As alterações de 2022 à Lei de AE ampliam o leque de metas e pretextos para perseguição. Os novos *status* de “organização indesejável” e “país hostil” esmagam os esforços em direção à cooperação acadêmica internacional. Nesse contexto, os adeptos da sociologia pública são facilmente categorizados como agentes estrangeiros e forçados a se juntar às fileiras dos perseguidos. Isso pode até acontecer com aqueles pesquisadores e instituições que tentam demonstrar seu ponto de vista apolítico e sua crença na neutralidade acadêmica.

Nessa atmosfera, a velha divisão política entre sociólogos servis e críticos foi revivida. Após o início da guerra, os cientistas sociais expressaram suas posições em cartas abertas de apoio e protesto. Muitos manifestantes tiveram que optar pelo exílio interno ou externo (espero, temporariamente).

Em março de 2022, a mídia divulgou uma carta de apoio do Sindicato dos Reitores com 180 assinaturas. Esse gesto político parecia garantir a essas universidades e seus funcionários um certo grau de segurança, mas tornou essas instituições alvos da cultura de cancelamento na comunidade acadêmica internacional. Simultaneamente, cartas de protesto foram assinadas, pesquisadores individuais e instituições independentes postaram declarações de protesto em seus sites de mídia social (*Telegram*, *Facebook* e *Instagram*). As cartas de protesto enfatizaram as consequências devastadoras da guerra para a sociedade e a academia russas (Dubrovsky & Meyer 2022). Logo após o início da guerra, o *Instagram* e o *Facebook* foram bloqueados na Rússia, e o acesso não restrito às mídias sociais ficou disponível apenas através do uso de uma VPN.

No entanto, a maioria dos sociólogos evita fazer qualquer declaração aberta sobre a invasão. Abstenções explicam sua escolha por considerações de “neutralidade

>>

profissional”. Eles acreditam na racionalidade neutra de um estudioso que deve manter a calma, fornecer conhecimento e não mexer com questões políticas. Este argumento aparentemente lógico é alimentado por fortes sentimentos de medo que penetram no espaço público.

A atmosfera de medo público tem um efeito descapacitante e sufocante na sociologia pública. No entanto, certas questões sociológicas são insistentemente discutidas em domínios públicos oficiais e alternativos.

> Críticas a pesquisas de opinião

Há um tema importante que tem ligação direta com a sociologia pública tradicional. Os sociólogos da oposição criticam a metodologia das pesquisas de opinião em regimes repressivos e durante conflitos militares. Eles afirmam que os números que refletem o apoio à operação militar não devem ser percebidos como uma expressão de atitudes genuínas. O medo público distorce as respostas das pessoas; a sociologia pública tradicional tornou-se uma questão de manipulação política, e seus resultados estão mobilizados em defesa da guerra e das sanções econômicas (Yudin 2022). Tal crítica goza de um consenso entre intelectuais públicos de oposição, enquanto aqueles que expressam lealdade tomam dados de pesquisas de opinião a valor nominal.

> Estratégias de sociólogos

Quando as liberdades acadêmicas são cortadas e a sociologia pública sofre de asfixia, quais são as estratégias que os sociólogos podem adotar? A maioria dos acadêmicos continua seus negócios tradicionais como de costume – eles não vêem nenhuma alternativa à sua situação de trabalho. Muitas vezes eles acreditam que ainda há espaço para desempenhar funções profissionais e para “manter a calma e continuar”. Nossos colegas enfatizam suas responsabilidades educacionais, a importância de ajudar os alunos a superar seus sentimentos de constrangimento e desencanto. Muitos pensam que é hora da etnografia e de inspirar pesquisas de campo e diários em diferentes cenários de esmagamento de mundos de vida. Outros recorrem à análise do totalitarismo e das distopias nos clássicos, que eles acreditam que poderiam ajudar a analisar grandes mudanças na realidade social atual.

Vemos que muitos estudantes e estudiosos sentem “desencanto impotente” com nossa disciplina. Eles perceberam o quão perigoso é estar engajado na sociologia pública, quão grandes podem ser os custos resultantes da combinação de trabalho profissional e engajamento cívico. O medo, bem como a falta de esperança sobre as perspectivas de continuar o trabalho profissional na Rússia, causam alienação e (espero que temporária) a realocação de acadêmicos em risco. Não há ar suficiente para a sociologia pública, suas perspectivas são radicalmente reduzidas e sociólogos de protesto estão tentando organizar um espaço públi-

co aberto alternativo em plataformas de mídia social onde possam falar abertamente.

> Um reino público alternativo como uma verdadeira esperança utópica

Os sociólogos críticos de protesto estão tentando fazer com que suas vozes sejam ouvidas na Rússia e no mundo. Sua estratégia é continuar o trabalho profissional e levantar suas vozes na esfera pública alternativa disponibilizada pelas novas tecnologias da informação. Jornalistas de protesto trabalham além-fronteiras no espaço *on-line* que cresceu durante o COVID-19; eles realizam discussões públicas *on-line* sobre tópicos candentes sobre a vida na Rússia. Os canais *Telegram* e *Facebook* criaram uma esfera pública para aqueles que protestam contra a operação militar. No entanto, essas atividades têm audiências limitadas e criam uma bolha de informações.

Nesta esfera pública alternativa, cientistas sociais discutem assuntos externos como intelectuais públicos, além de se aprofundarem em conceituações mais abstratas do neo-totalitarismo, da ditadura, do colonialismo e do império. Eles estão tentando encontrar um signatário adequado para o regime russo. Muitos sentem sua responsabilidade pelo que acontece. Eles se perguntam: O que perdemos? Como poderíamos ter evitado a guerra? Por que falhamos em nossas previsões?

> Conclusão

A repressão da esfera pública significa que a sociologia pública sofre de asfixia traumática: uma condição patológica grave quando um corpo vivo não pode respirar nem se mover devido à falta de acesso ao oxigênio. Esta condição é fatal. No contexto do regime autoritário russo, as possibilidades de sociologia pública tornaram-se muito limitadas devido ao medo público e à repressão real. A sociologia pública tradicional sofre sob forte censura e os resultados da pesquisa de opinião são usados como instrumentos políticos. Mas a sociologia pública continua existindo além das fronteiras e no domínio público alternativo das mídias sociais.

O pesadelo distópico em que vivemos nos ajuda a entender que a tradição sociológica a que pertencemos é construída sobre o compromisso moral, sobre valores democráticos que compartilhamos firmemente com os outros: liberdade, razão, igualdade, solidariedade. Na situação atual, temos que acumular conhecimento profissional que estará disponível ao público no futuro. As circunstâncias atuais forçam os sociólogos russos a levantar questões sobre suas ambições e os fundamentos de seu trabalho, e a refletir mais uma vez sobre o forte elo entre sua profissão e o compromisso moral – uma reflexão que podia ser evitada antes, sob os auspícios da neutralidade. ■

Contato com
Svetlana Yaroshenko <svetayaroshenko@gmail.com>
Elena Zdravomyslova <zdrav3@yandex.ru>

> Empurrando a sociologia pública para a sociologia dialógica

por **Sari Hanafi**, Universidade Americana de Beirute, Líbano e Presidente da ISA (2018-23)

Michael Burawoy não é simplesmente um teórico social que alimenta a sociologia com muitas percepções teóricas sobre sociologia do trabalho e economia política, ele realmente remodela a prática da sociologia em todo o mundo. Quando comecei a ler *Public Sociology: Between Utopia and Anti-Utopia*, não consegui deixá-lo de lado até ler a última página. Lido como um romance, o livro transforma o último meio século da trajetória de Burawoy em um objeto de análise, ao mesmo tempo em que apresenta seus argumentos a favor da sociologia pública. Ao colocar o projeto de Erik Olin Wright em consonância com sua sociologia pública, Burawoy vê essa sociologia como ciência moral ou normativa em busca de certos valores que possam ser realizados (o lado utópico) e como sua realização é obstruída (o lado anti-utópico).

Burawoy teoriza a sociologia pública ao torná-la orgânica e geradora de uma verdadeira utopia comprometida com a sociologia civil. Não posso deixar de concordar com ele, mas aqui, neste breve artigo, quero pressionar não apenas por críticas de ponta aos opressores, mas para vislumbrar a possibilidade de dialogar com eles. Minhas justificativas para o que chamo de “sociologia dialógica” vêm da minha área de intervenção acadêmica e localização. Meus subcampos em sociologia (conhecimento, cultura, religião e política) são bem diferentes dos campos trabalhistas e marxistas (críticos) de Burawoy. Ele antagoniza capitalistas neoliberais e atores na terceira onda da mercantilização. Cresci e ainda vivo no Oriente Médio: uma região afligida por regimes autoritários e coloniais brutalizantes de longa data, onde tortura, sequestro político, assassinato e desapropriação são muito comuns. Como se lidaria com uma situação em que os regimes autoritários criaram hegemonia cultural e ideologicamente fizeram lavagem cerebral em uma grande parte do povo para acreditar na virtude do autoritarismo para trazer estabilidade? Como se lidaria com o conflito árabe-israelense quando alguns israelenses, irmãos de sobreviventes do Holocausto, se tornam colonos coloniais que confiscam a terra dos palestinos? Podemos ter justiça histórica e restauradora sem os mecanismos pluralistas mais amplos da justiça transitória?

Por causa de sua sensibilidade com pessoas dominadas e seu sofrimento, Michael Burawoy tem muitas vezes insistido que a tarefa da sociologia é estar com a sociedade civil contra a dominação do Estado e do mercado. Isso é absolutamente crucial, mas eu acrescentaria a esta tarefa mais duas.

A primeira é estender a missão sociológica para além da sociedade civil, para a *esfera civil* no sentido que é dado por Jeffrey Alexander. Alexander lembra que a sociedade civil é apenas uma esfera entre outras dentro de um sistema social mais amplo, no qual devem ser incorporadas famílias, grupos religiosos, associações científicas e corporativas e comunidades regionais geograficamente limitadas, pois todas produzem bens e organizam suas relações sociais de acordo com diferentes ideais e restrições. Essa extensão de nossa missão é muito importante se quisermos continuar nos vendo como guardiões desta esfera civil e dos ideais democráticos liberais.

A segunda tarefa é buscar uma mediação com diferentes esferas não-civis: dialogar com elas. Precisamos ouvir atentamente aqueles que se recusam a abraçar, parcial ou totalmente, os ideais que pretendemos aprofundar. Para seu crédito, Burawoy sente a importância disso quando elogia *Strangers in their Own Land: Anger and Mourning on the American Right* de Arlie Russell Hochschild e como ela pula o “muro da empatia” com os partidários do *Tea Party* na Louisiana. Eles se transformaram em apoiadores de Trump, expressando seu descontentamento em relação à globalização e sua visão das desigualdades sociais. Antes de julgá-los, ouçamos, por exemplo, aqueles que temem a vinda de migrantes sírios e africanos para a Europa. Com nossos métodos normativos, pressupostos e compromissos explícitos, gostaria aqui de enfatizar nossa capacidade de dialogar e buscar mediações com esferas não-civilizatórias. Contra uma teoria social crítica radical, eu apelo para uma crítica situada. Uma que, ao mesmo tempo em que critica o poder, também é capaz de abrir o diálogo com as próprias forças que critica. Esta é uma forma de a sociologia, ao endossar o projeto liberal clássico/compreensivo, acomodar (uma versão

>>

“Sociologia pública não é simplesmente sobre afirmações racionais, ou sobre argumentações normativas debatidas na esfera pública, mas trata também de emoção: como entender as emoções do outro”

aprimorada do liberalismo político de Rawls; ou seja, trabalhar o pluralismo (concepções pluralistas do bem) em nossa sociedade que combina todo tipo de diversidade com coesão social (uma concepção unificada de justiça) dentro da sociedade.

De forma mais ampla, para mim – e tenho certeza de que Burawoy se juntaria a mim nisso – a questão da sociologia pública não é simplesmente sobre afirmações racionais, ou sobre argumentações normativas debatidas na esfera pública, mas trata também de emoção: como entender as emoções do outro, sensibilidade moral, a enervação moral do outro, às vezes tornando-as cegas ao sofrimento social. Essa sociologia dialógica é sensível não só à forma como as pessoas justificam eticamente suas ações, mas também a como os sociólogos poderiam levar esse sofrimento a sério e abordá-lo, para colocá-lo nas palavras de Silvia Cataldi, como uma hermenêutica de presença.

Quanto a falar de moral, na região árabe, onde temos imensa religiosidade, a religião é uma das fontes de moralidade. Este é o elefante maciço na sala que é deliberadamente ou inconscientemente invisível na literatura da sociologia, exceto quando relacionado à violência política. Este não é apenas o caso no mundo árabe, no Oriente Médio, em Israel; a religião também está se

tornando cada vez mais importante na América Latina (por exemplo, o novo pentecostalismo no Brasil) e além. Então, eu acho que, como sociólogos, precisamos ser modestos e pensar em como reconhecer que existem diferentes formações de elite em nossa sociedade, que incluem pessoas religiosas que foram ignoradas ou desprezadas por tanto tempo, apelidadas de retrógradas e reacionárias por cientistas sociais anticlericalistas.

Finalmente, a autobiografia/livro analítico profundo de Burawoy afirma diretamente que uma das tarefas para a sociologia hoje é avançar visões utópicas; não é uma tarefa fácil em tempos em que a ideia de socialismo foi desacreditada. Para Burawoy, as pessoas se tornam sociólogas “não para se tornarem ricas, mas para fazer um mundo melhor, [...] mais igual, mais livre, mais cooperativo” (p. 2). Burawoy não só melhorou o mundo pelo seu pensamento, mas também por sua prática: ser tão generoso ao cuidar de seus alunos e da comunidade científica mais ampla. Devo muito a ele, pois ele segurou minha mão enquanto minha sociologia mudou não da sociologia profissional e política para a sociologia pública, mas de uma sociologia mapeada por problemas locais e regionais para uma sociologia que abraça questões globais. Além disso, ele me encorajou a concorrer à eleição para o comitê executivo da ISA, como vice-presidente de associações nacionais e como presidente desta associação. ■

Contato com Sari Hanafi <sh41@aub.edu.lb>

> Refletindo sobre Michael Burawoy e a sociologia pública

por **Margaret Abraham**, Universidade de Hofstra, Estados Unidos



Em um protesto do Occupy Wall Street em Nova York. Foto de Margaret Abraham, 2011.

13

No mundo todo, sociólogos, cientistas sociais, pesquisadores-ativistas, feministas e pessoas de cor têm tido uma longa história de vinculação de pesquisa e ação e de envolvimento com o público. Isso inclui abordar questões de desigualdade, apartheid, exploração, opressão, alienação, guerras, racismo, colonialismo, capitalismo, democracia, violência baseada em gênero e movimentos por justiça social e mudança social.

Nos Estados Unidos, a história do engajamento sociológico com públicos tem sido frequentemente apagada ou relegada às margens do cânone sociológico. Ao passo que os teóricos clássicos Marx, Weber e Durkheim eram legitimamente parte do panteão ocidental, sociólogos pioneiros, pesquisadores sociais e ativistas – notadamente W.E.B. Du Bois, Harriet Martineau, Jane Addams, Anna Julia Cooper, Ida B. Wells-Barnett e Marianne Weber – permaneceram relativamente invisíveis até recentemente. Historicamente, os pilares de poder e privilégio e os sistemas de produção, distribuição e consumo de conhecimento desempenharam um papel fundamental na criação

e nos contornos do cânone de maneiras que se adequaram ao domínio profissional teórico e metodológico central da sociologia, que era predominantemente ocidental, branco e masculino. O resultado foi a exclusão/minimização do conhecimento teórico e das contribuições metodológicas de importantes sociólogos engajados com públicos ao fazer sociologia e trabalhar fora do cânone.

Em 2004, Michael Burawoy, por meio de seu discurso presidencial da Associação Americana de Sociologia (ASA, sigla em inglês), (re)popularizou o termo *sociologia pública* nos EUA. Ao delinear os tipos de conhecimento sociológico (público, profissional, político e crítico) e definir a sociologia pública como um impulso para fazer sociologias que promovam e protejam todas as relações sociais que tornam as pessoas humanas, ele revigorou as discussões e debates sobre o propósito da disciplina. Para mim, uma pesquisadora da ação feminista, uma socióloga à margem, ativamente engajada desde a década de 1990 em mudar a violência doméstica enquanto um problema privado para uma questão pública, a reunião anual de 2004 foi uma das conferências sociológica-

>>

mente mais envolventes e publicamente inclusivas que a ASA já realizou. Embora ciente das profundas contribuições dos sociólogos americanos para o engajamento sociológico com os públicos, bem como de associações como a Sociedade para o Estudo dos Problemas Sociais e os Sociólogos para Mulheres na Sociedade, a apresentação de Burawoy e o chamado à sociologia pública ressoaram! Isso desafiou a miopia profissional e questionou o saber da sociologia: para quem e para quê?

Para Burawoy, a sociologia é um catalisador da mudança social. Em sua essência, essa é uma sociologia profundamente humanista que busca contribuir significativamente para um mundo melhor, onde haverá menos sofrimento socialmente produzido. Isso, a seu turno, envolve uma sociologia que lida com os problemas do mundo real de exclusão social, vastas desigualdades de riqueza e oportunidade, mercantilização e um mundo centrado no mercado. A maior missão da sociologia é juntar-se proativamente à batalha para proteger a sociedade dos estragos causados pelo fundamentalismo de mercado. Burawoy busca um paradigma de sociologia pública que construa alianças e conquiste o apoio de organizações civis e movimentos sociais, ao mesmo tempo em que enfatiza os estudantes como um público importante. A sociologia não pode se restringir somente a impulsos ativistas e pragmáticos, mas deve estar igualmente preocupada com valores a fim de melhor compreender o mundo humano e social. A sociologia deve priorizar em sua análise não apenas o conhecimento instrumental dos meios, mas também o “conhecimento reflexivo” sobre os fins. A sociologia pública deve contribuir para um diálogo público sobre valores e objetivos, assim como a possibilidade de sua realização. Isso implica em uma “interdependência orgânica” na qual o florescimento de cada tipo de conhecimento – público, profissional, político e crítico – depende do florescimento de todos.

Os ensaios escritos por Burawoy entre 2004 e 2014 apresentam o desenvolvimento de sua obra enquanto um movimento da sociologia pública para a sociologia global. Juntos, eles fornecem uma trajetória que começou por nomear e desafiar a hegemonia da sociologia profissional nos EUA e passou para uma compreensão mais crítica e um engajamento com os desafios globais impostos por um mundo desigual. Ao defender uma sociologia global com fortes bases nos sistemas locais e nacionais de conhecimento, Burawoy está bastante consciente do domínio hegemônico do Norte Global na produção de conhecimento e alerta contra o sonho positivista de unificação das ciências sociais, pois ela seria inevitavelmente controlada pelos poderosos, e ainda o risco de o Ocidente “avançar os

interesses de um novo imperialismo”. Ao invés disso, ele propõe um projeto alternativo que procura unir sociologias nacionais em associações regionais e que, então, leve ao diálogo e à síntese final das sociologias globais. Projeto de sua autoria na Associação Sociológica Internacional, o *Diálogo Global* foi um caminho para o diálogo sociológico internacional e o debate em todo o mundo sobre um espectro de questões contemporâneas.

Ao ler o recente livro de Burawoy, *Public Sociology: Between Utopia and Anti-Utopia*, publicado quase duas décadas depois de seu discurso presidencial da ASA, em 2004, e quase uma década depois de seu discurso presidencial da ISA, em 2014, o que me vem à mente é como ele continua sendo perseverante, apaixonado e persuasivo acerca das armadilhas e promessas da sociologia. A visão de C.W. Mills de que a sociologia está na interseção da biografia e da história vem à tona; mas também o mesmo acontece, ainda que não intencionalmente, com a importância da frase feminista: “o pessoal é político”. Mais evidente é o compromisso e a crítica ao marxismo e o destaque das profundas contribuições sociológicas de W.E.B. Du Bois em conectar sociologia e transformação social. Ao entrelaçar biografia com história, suas viagens sociológicas pelo mundo demonstram que as experiências vividas são parte integrante da imaginação sociológica. Esse livro de memórias segue sua jornada explícita, matizada e pessoal enquanto sociólogo, estudante, pesquisador, professor, administrador, amigo, colaborador, ativista e líder de associação profissional continuamente comprometido em refletir e (re)situar a sociologia para enfrentar os desafios disciplinares e sociais de nosso tempo. É neste ponto que ele interroga, extrapola e expõe os riscos e a relevância da sociologia.

Hoje, ao enfrentarmos o impacto de uma pandemia global, a ascensão do autoritarismo, o crescimento do fundamentalismo religioso, a explosão das fake news, das mídias sociais e do enorme consumo de desinformação por públicos manipuláveis, muitas vezes alinhados contra o bem comum, estamos mais uma vez compelidos a considerar o que será necessário para cumprir a promessa da sociologia. Talvez, a esperança repouse sobre uma nova geração de sociólogos e ativistas, examinando a história, avançando a ciência da sociologia por meio de uma teoria rigorosa, um compromisso com o ensino e a pesquisa, a fim de abordar as desigualdades persistentes e emergentes. Nós sabemos que problematizar e explicar não basta. Precisamos questionar, imaginar, propor, buscar e gerenciar formas de reverter as desigualdades. Temos de nos ater firmemente à promessa da sociologia de construir um mundo melhor, justo e igualitário. ■

Contato com Margaret Abraham <Margaret.Abraham@Hofstra.edu>

> Pensando local e globalmente sobre a interseccionalidade

por **Kathy Davis**, Universidade Livre de Amsterdã, Holanda e **Helma Lutz**, Universidade Goethe de Frankfurt, Alemanha



Marcha das mulheres de 2020 em Washington DC, EUA.
Crédito: [risingthermals/flickr](#).

O termo interseccionalidade diz respeito às interseções e entrelaçamentos de estruturas e identidades sociais. Cunhado por Kimberlé Crenshaw em 1989, ele utiliza a metáfora de uma encruzilhada: um lugar muito frequentado onde indivíduos de diferentes gêneros, sexualidades, classes sociais ou identidades racializadas correm constantemente o risco de serem “atropelados”. Essa metáfora tem sido empregada com sucesso na análise e no debate sobre as desigualdades sociais por conta de sua capacidade de retratar as interseções

de diferentes formas de posicionamentos sociais e de discriminação. Ao substituir a abordagem “add-on” às categorias de diferença nas relações de poder (gênero e classe e “raça”), a interseccionalidade estabeleceu uma nova agenda: captura tanto as consequências estruturais quanto a dinâmica processual das interações entre três ou mais eixos de poder e subordinação.

A ideia de Crenshaw de interseções entre sistemas de opressão encontrou ressonância global durante a Conferência Mundial da ONU contra o Racismo em Durban em 2001. Atualmente, faz tempo que o conceito de interseccionalidade deixou os campos em que se originou: estudos de gênero, estudos críticos de raça e direito. Ele é agora empregado na sociologia e serviço social, estudos de saúde, educação, geografia social, antropologia, psicologia, ciência política, estudos de literatura e até na arquitetura. Nos estudos de gênero, a *interseccionalidade* tornou-se uma palavra-chave para a oferta de cursos na pós-graduação e na graduação. Conferências, números especiais de revistas acadêmicas e publicações de livros dedicados à interseccionalidade são abundantes. Já é possível se falar em um campo dos “estudos de interseccionalidade”.

Após viajar dos EUA para a Europa, a noção de interseccionalidade foi adotada em muitas partes do mundo. Ao longo dessas viagens, o conceito foi alterado e adaptado às condições locais e contextos históricos. Por exemplo, na Europa, etnia e religião tornaram-se categorias relevantes para analisar a discriminação entre as populações migrantes; na Índia, por sua vez, “casta” foi incluída como uma categoria essencial para a compreensão das desigualdades sociais. Mais recentemente, surgiram diferenças geracionais em como a interseccionalidade é conceituada – ou deveria ser. Movimentos recentes como o Vidas Negras Importam têm influenciado debates sobre raça e lutas contra o racismo, alimentando trabalhos inovadores no campo da interseccionalidade.

Compreender esses desenvolvimentos demanda que olhemos para a história da interseccionalidade por meio

>>

das lentes do presente. O que traz estudiosos críticos e ativistas de volta à interseccionalidade reiteradamente? O que há no conceito de interseccionalidade que lhe permite reinventar-se constantemente? E, finalmente: como a interseccionalidade é elaborada, repaginada e implantada com diferentes propósitos e em diferentes terrenos?

Essas questões são centrais no *Routledge Handbook of Intersectionality Studies* [Manual de Estudos de Interseccionalidade Routledge], que estamos editando agora e será publicado em 2023. O Manual cobre uma ampla gama de tópicos no campo dos estudos de interseccionalidade de colaboradores internacionais e interdisciplinares. Para esta edição do *Diálogo Global*, pedimos a vários autores que fornecessem uma versão abreviada de seus capítulos. O resultado é uma prévia de algumas maneiras como a interseccionalidade tem sido empregada para compreender as desigualdades sociais, culturais e geopolíticas. Ann Phoenix inicia a conversa considerando as formas como as histórias da escravidão e do colonialismo assombram o presente, demonstra ainda porque elas precisam fazer parte de como pensamos a interseccionalidade globalmente. Barbara Giovanna Bello continua com um olhar interseccional sobre dois dos movimentos sociais mais importantes do presente – Vidas Negras Importam e #EuTambém – que começa-

ram nos Estados Unidos, mas desde então se tornaram globais. Ethel Tungohan expõe como a interseccionalidade é essencial para entender o movimento recente dos trabalhadores cuidadores migrantes no Canadá, onde era claramente necessário que diferentes movimentos sociais unissem forças para minar a opressão. Voltando-se para os debates que surgiram no campo dos estudos interseccionais, Amund Rake Hoffart lança um olhar crítico sobre a busca de uma metáfora interseccional pura que irá eliminar todos os problemas com o conceito, defendendo, ao invés disso, a “necessidade de uma bagunça” na pesquisa sobre desigualdades interseccionais e configurações de poder. Finalmente, atendendo ao apelo internacional por uma metodologia de pesquisa interseccional, nós (Kathy Davis e Helma Lutz) ilustramos como o procedimento falsamente simples de “fazer a outra pergunta” pode nos ajudar a analisar as estratégias que as pessoas usam para resistir ou acomodar o poder em suas vidas cotidianas.

Tomado como um todo, este diálogo apresenta algumas das formas pelas quais a interseccionalidade tem influenciado em como acadêmicos e ativistas similarmente podem pensar sobre desigualdade, poder e transformação social, tanto local quanto globalmente. ■

Contato com
Helma Lutz <lutz@soz.uni-frankfurt.de>
Kathy Davis <k.e.davis@vu.nl>

> Passados interseccionais assombram futuros interseccionais

por **Ann Phoenix**, University College London, Reino Unido



Uma manifestante em Washington DC segura um cartaz com George Floyd. Crédito: Obi - @pixel6propix/[Unsplash](#), Creative Commons.

Atualmente, poucas pessoas contestam a ideia de que a interseccionalidade é central para entender as relações sociais, as práticas sociais cotidianas e como a sociedade funciona. Essa preocupação com as formas pelas quais todos são colocados simultaneamente em múltiplas categorias sociais, como gênero, sexualidade, classe social e racialização, fornece uma heurística para analisar as desigualdades, as relações de poder e a complexi-

dade do posicionamento social. Isso demonstra como qualquer categoria social é descentrada por suas interseções com outras categorias sociais e por seu dinamismo, relacionalidade e localização histórica.

Os sociólogos estão cada vez mais engajados com entendimentos históricos de como a escravidão e o colonialismo constituíram a história global do presente. Contudo, se por um lado, teorizar que a interseccionalidade

>>



Credito: Thomas Willmott/[Unsplash](#),
Creative Commons.



A assombração interseccional pode estimular novas perspectivas não só sobre o passado mas também sobre ações futuras. Crédito: Hakase/[iStock](#).

está historicamente localizada permite uma compreensão dos processos potencialmente contraditórios que sustentam as divisões, inclusões e exclusões sociais, por outro, muito menos se sabe acerca das maneiras pelas quais as histórias fazem parte da interseccionalidade. Este artigo defende que as maneiras pelas quais as histórias assombram o presente são importantes para as teorias da interseccionalidade.

> Os assombros históricos

As formas pelas quais os assombros históricos influenciam as relações sociais contemporâneas e eclodem psicossocialmente de maneiras imprevisíveis tornaram-se evidentes em 2020 por meio dos protestos globais contra o racismo e histórias racistas de opressão após o assassinato gravado em vídeo de George Floyd por um policial nos EUA. Isso revitalizou e ampliou o apoio ao movimento Vidas Negras Importam. O fato de histórias racistas de colonialismo e escravização assombrarem muitas sociedades foi demonstrado pelas reações ao assassinato de George Floyd (um dos inúmeros assassinatos de uma pessoa negra pela polícia branca), que se concentraram em séculos de opressão racista e, espontaneamente, em alvos símbolos dessa história opressora, incluindo estátuas de escravizadores e colonialistas. Histórias que pareciam há muito enterradas, inconsciente ou impensadamente passaram a assombrar a paisagem social contemporânea. Essas histórias reavivadas resultaram em campanhas para produzir mudanças socioestruturais e uma enxurrada de testemunhos pessoais.

A noção de assombro histórico evidentemente não é nova. Ela há muito vem sendo explorada em romances e trabalhos acadêmicos que tratam, por exemplo, das maneiras pelas quais os traumas do Holocausto e da

escravidão fazem parte da comunicação transgeracional e abalam a vida dos descendentes daqueles que os sofreram, geralmente sem mesmo se darem conta disso. As reações ao assassinato de George Floyd lançam luz sobre as maneiras pelas quais as histórias coletivas também são individuais, e que elementos do passado retornam ou persistem no presente. Mais do que isso, as histórias coletivas são centrais para determinar como nós imaginamos o futuro e os futuros possíveis que são concretizados.

A partir de uma perspectiva interseccional, a teorização do estudo do assombro aprofunda possibilidades de análise de categorias sociais. Isso se dá ao levantar questões sobre como as histórias pessoais e nacionais estão interligadas e sedimentadas em todas as categorias sociais, produzindo divisões e semelhanças entre as pessoas. Por exemplo, tais entendimentos temporais do que significa ser uma mulher negra da classe trabalhadora em países do Mundo das Minorias requerem a junção de histórias transgeracionais e nacionais que evitem categorias sociais implicitamente essencialistas. Do mesmo modo, encoraja um olhar detido sobre como essas mesmas histórias também são inextricavelmente parte da vida de homens brancos de classe média nesses mesmos países.

Um foco interseccional no estudo do assombro pode ajudar os pesquisadores a fazer perguntas mais esclarecedoras sobre questões sociais. Por exemplo, por meio da pandemia do COVID-19, logo ficou dolorosamente claro que gênero, nação, status de migração, status socioeconômico, deficiências, idade, moradia e ocupação se cruzam para produzir taxas desiguais de morbidade e mortalidade. No entanto, foi chocante que muitas explicações foram buscadas em termos, por exemplo, das condições

>>



O pássaro Sankofa ganense. A palavra “Sankofa” em Twi significa “ir de volta ao passado e trazer para a frente o que é útil”. O povo Akan retrata isto como um coração ou como um pássaro mítico, com pés firmes para a frente e torcendo o bico para trás, com o seu precioso futuro ovo que dá vida vindo da sua boca. Crédito: tatadonets/[iStock](#).

de vida, de tal sorte que individualizavam essas diferenças e destacavam as diferenças culturais. Ainda que seja fundamental estabelecer quais fatores estão associados às taxas de mortalidade, igualmente importante é reconhecer que as associações encontradas dependem do que é investigado, o que por sua vez depende de entendimentos preexistentes. Colocar indagações sobre as histórias que produziram posicionamentos e práticas particulares, e o contexto socioemocional no qual elas são expressas, é mais provável de produzir análises que sustentem reivindicações por justiça social e intervenções significativas. Tais questões também são mais prováveis de levar a sério as maneiras pelas quais as interseções de posições sociais específicas exacerbam as desigualdades que já existem nas sociedades do Mundo das Minorias.

> Assombrando os futuros interseccionais

O assombro interseccional do presente é temporal, não apenas porque mostra como o passado faz parte do presente, mas porque estimula a ação futura. Isso é verdade se o passado eclode no presente, como no ressurgimento do Vidas Negras Importam, ou se permanece uma presença melancólica e sem nome. Nos dois casos, o assombro produz posições de sujeito conturbadas que exigem a produção de novas histórias e, portanto, novas visões de futuro. Assim sendo, eventos que se tornam historicamente significativos afetam as práticas cotidianas e permeiam as relações sociais, restringendo ou facilitando futuros possíveis. As relações explosivas produzidas quando os assombros emergem na consciência impulsionam ações futuras e reivindicações por futuros mais desejáveis. A interseccionalidade ajuda a explicar como pessoas em uma determinada categoria social podem ter diferentes rea-

ções, esperanças e visões quando histórias assombradas se tornam conscientes.

Nos últimos anos, vários países presenciaram novas narrativas de gênero/racialização serem produzidas em reação a assassinatos de diferentes mulheres ou de pessoas negras, dando origem, por exemplo, à popularização do #DigaONomeDela nos EUA em reconhecimento ao fato de que enquanto os assassinatos de alguns homens negros pela polícia se tornarem notórios, os assassinatos de mulheres e crianças negras pela polícia não recebem frequentemente publicidade. Desse modo, não é possível entender o impacto das histórias sobre qualquer pessoa sem conhecer a constelação de relações e efeitos que foram transmitidos através das gerações e sedimentados nas práticas cotidianas, reproduzindo simultaneamente, por exemplo, o racismo e o sexismo. A compreensão de quais categorias estão sendo evocadas em qualquer situação social e a relevância das localizações sociais, vínculos emocionais, posicionamentos e relações de poder não são necessariamente auto evidentes. Isso significa que não se pode supor que as categorias sociais sejam relevantes apenas quando focalizadas ou visivelmente em operação. Da mesma forma, significa que as histórias legitimadas pelos estados-nação não são suficientes para a compreensão dos assombros interseccionais, já que há muito escondido e de muitos em tais histórias. Histórias silenciosas permeiam as sociedades, assombrando o presente por meio de relações sociais interseccionais excludentes/inclusivas no cotidiano. ■

Contato com Ann Phoenix <a.phoenix@ucl.ac.uk>

> Perspectivas interseccionais sobre os movimentos sociais

por **Barbara Giovanna Bello**, Universidade de Milão, Itália, e membro do Comitê de Pesquisa em Ambiente e Sociedade da ISA (RC12)

Credito: Raphael Deindl.



Os movimentos #Vidas Negras Importam (BLM, sigla em inglês) e #EuTambém se tornaram globalmente virais desde 2013 e 2017, respectivamente. Devido ao efeito amplificador das mídias sociais, eles catalisaram a atenção internacional para a violência persistente e sistêmica enfrentada por mulheres e negros nos EUA e outros locais.

> As origens

O BLM foi cofundado por Alicia Garza, Patrisse Cullors e Opal Tometi em 2013 em resposta à absolvição do assassino de Trayvon Martin, e é considerado o primeiro movimento baseado na Internet desse tipo. Desde então, sua liderança tem sido negra, feminina e queer. O movimento #EuTambém tem uma história diferente: foi fundado pela ativista negra Tarana Burke em 2006 com o objetivo de curar traumas de violência sexual contra mulheres, jovens, queers, pessoas trans e pessoas de comunidades negras com deficiência; sua rápida jornada online começou quando, durante o escândalo de Harvey Weinstein em 2017, a celebridade Alyssa Milano – desconhecendo na época o movimento EuTambém – convocou mulheres em todo

o mundo a compartilhar suas experiências de abuso sexual usando a hashtag #eutambém.

> A perspectiva “ambos/e”

Pode-se perguntar por que dois movimentos iniciados por mulheres negras, desde seu início intencionalmente interseccionais, enfrentam desafios quando se trata de fazer a perspectiva “ambos/e” funcionar de forma eficaz. Nós vemos ativistas negros do sexo masculino cada vez mais se representando como defensores de sua comunidade e como o principal alvo da violência racista por policiais; enquanto isso, os pedidos de mulheres brancas para competir no mercado de trabalho, sem a ameaça de abuso sexual, parecem dominar a cena; mas as vozes e experiências das mulheres negras estão cada vez mais ausentes. A seguir, eu resumi algumas possíveis explicações à invisibilidade delas e reflito sobre como uma abordagem interseccional poderia contribuir para remediar isso.

> Questões desiguais de justiça social

Primeiro, no nível estrutural, os diferentes *status* desfrutados por gênero e raça enquanto categorias isoladas

>>

precisam de uma análise mais detida, já que isso afeta sua interação mútua e com outras categorias nas relações hierárquicas de poder. Com efeito, o movimento BLM conclama principalmente os negros a discutir a supremacia branca e a reprodução da violência ao longo da linha de raça. As contra reivindicações conservadoras, como os agrupamentos “Todas as Vidas Importam” e “Vidas Azuis Importam”, minimizam particularmente a demanda por dignidade das mulheres negras e dos negros mais desfavorecidos. A seu turno, o #EuTambém dirige-se a praticamente todas as mulheres (mais da metade da população mundial): ele busca dismantlar o patriarcado, mas se expressa de forma mais clara em torno do acesso ao “espaço” de poder sem a ameaça da violência sexual, um local ainda mais difícil para as mulheres negras acessarem. De todo modo, ambos os movimentos levantam questões de justiça social, mas o fazem de forma diferente.

> A autoperpetuação do privilégio

Em segundo lugar, os mais importantes meios de comunicação internacionais e dos EUA desempenham um papel na promoção da invisibilidade das mulheres negras. Notícias e imagens de assassinatos brutais de homens negros e suas últimas palavras – “não consigo respirar” – ainda ecoam alto em nossos ouvidos e almas, mas as de mulheres negras assassinadas ainda estão ausentes. Similarmente, os abusos sexuais denunciados por mulheres brancas – celebridades ou não – ofuscaram aqueles denunciados por “outras” mulheres. Nesse contexto, em ambos os movimentos “classe” importa. O prisma classe-raça-gênero ajuda a revelar sistemas de privilégios mutuamente construídos que se cristalizam no sistema midiático – onde os brancos, inclusive as mulheres, estão em melhor posição para atrair a atenção – e que são reproduzidos por meio da informação.

Essas duas primeiras observações provavelmente explicam o apoio superior recebido pelo #EuTambém e a desvalorização das experiências das mulheres negras e minoritárias, assim como sugerem possibilidades de como subverter as relações de poder e incluir “todas” as vozes.

> Por que nós precisamos de interseccionalidade

Terceiro ponto, pode-se sugerir que o assassinato e o abuso sexual de mulheres negras ainda sejam percebidos como algo muito específicos para representar “universalmente” todos os sofrimentos das mulheres e dos negros. Então, uma abordagem interseccional tem o potencial de transformar o discurso público, ainda baseado no pressuposto de que violência racista e sexista é o que acontece, respectivamente, com homens negros e mulheres brancas.

Quarto, a interseccionalidade ajuda a explicar como as construções sociais alimentam a dominação/subordinação dos corpos, que são desumanizados nos casos do BLM e explorados no caso do #EuTambém. Retratos de mulheres negras enquanto safiras agressivas, ou de-

tentoras de força “sobre-humana”, ou como Jezabels hipersexualizadas supostamente disponíveis podem servir instrumentalmente para justificar o abuso da força estatal contra elas ou de sexo não consensual, e ainda questionar sua credibilidade. Isso também apareceu no caso Weinstein: dentre muitas denúncias, ele desacreditou especificamente a atriz negra queniana-mexicana Lupita Nyong’o. Simultaneamente, a representação de homens negros como “estupradores” de mulheres brancas muitas vezes levava a incriminações infundadas e legitimava o linchamento deles no passado, possivelmente explicando a relutância de alguns em apoiar o lema #MeToo: “Apenas acredite nas mulheres” o que também pode impactar sua solidariedade para com as mulheres negras.

> Seguindo adiante

Por fim, como dispositivo heurístico, a interseccionalidade centra-se nas implicações da interação entre as estruturas de poder, mas as decisões políticas determinam quem apoiar e de que modo, como salienta [Keisha Lindsay](#). Em ambos os movimentos, inúmeros apoiadores ainda estão engajados em uma luta de eixo único, enquanto seus fundadores e demais ativistas buscam desesperadamente tornar visíveis as pessoas ainda invisíveis: as suas iniciativas merecem maior atenção da mídia e do universo online em todo o mundo. Sendo assim, o projeto #DigaONomeDela foi lançado em dezembro de 2014 pelo Fórum de Políticas Afro-Americanas (AAPF, sigla em inglês) e o Centro de Estudos de Interseccionalidade e Políticas Sociais (CISPS, sigla em inglês) para combater a violência policial contra mulheres negras (incluindo mulheres trans e não-conformes de gênero); os movimentos originais #EuTambém e #NósTambém buscam combater o abuso sexual contra mulheres negras, trabalhadores não qualificados e pessoas LGBTQI+.

Como caminho a ser trilhado, eu sugiro que as características da Internet possam ser melhor utilizadas para levantar a “questão da interseccionalidade” globalmente. Certamente, se a transnacionalidade e a amplificação da comunicação na web permitiram que a ênfase fosse colocada em mulheres brancas e homens negros, também tornaram evidente que “alguém” estava faltando na narrativa e abriram caminho para reações imediatas sobre “quem” não estava lá e “por que”, abrindo ainda espaço para discutir as lacunas atuais. Nesse espaço “virtual”, o BLM e o #EuTambém poderiam maximizar suas agendas “interseccionais” offline e online construindo coalizões. Se nos lembrarmos da advogada e ativista norte-americana [Mari Matsuda](#): “nós não podemos, neste momento da história, nos engajar de forma eficiente [...] sem nos engajarmos em coalizão, sem sair de lugares separados para nos encontrarmos através de todas as posições de privilégio e subordinação que mantemos em relação uns aos outros”. ■

Contato com Barbara Giovanna Bello <barbara.bello@unimi.it>

> Solidariedades interseccionais

e os trabalhadores cuidadores migrantes

por **Ethel Tungohan**, Universidade de York, Canadá

Em abril de 2018, o ex-ministro de imigração do Partido Liberal Ahmed Hussen anunciou que o [Programa Canadense de Cuidadores Moradores](#) não aceitaria mais pedidos de residência permanente a partir de 2020. Esse anúncio consternou as organizações constituídas pelo movimento de trabalhadores cuidadores migrantes do Canadá. O movimento de migrantes em Toronto, que consiste em diferentes atores de vários locais sociais e diversas organizações com objetivos e agendas normativas muito diferentes, entrou em ação.

> Como obter a residência permanente para todos os trabalhadores cuidadores migrantes

Reuniões foram organizadas apressadamente no Centro de Ação dos Trabalhadores em Toronto, com a participação de diferentes organizações de migrantes. Depois de concordar que os cuidadores deveriam continuar a receber residência permanente no Canadá, o movimento se dividiu quanto às formas de *como* alcançar a demanda por residência permanente para todos os trabalhadores cuidadores migrantes. Houve ainda divergências acerca de quais agendas priorizar, e surgiram as seguintes questões:

Quem está falando por quem? O que está realmente em jogo nesta campanha? Nossas energias coletivas devem ser voltadas para a reforma legal ou devemos considerar também as desigualdades estruturais que obrigam os trabalhadores cuidadores migrantes a deixar suas famílias para trás e vir para o Canadá para trabalhar?

> Propostas descartadas

Essas perguntas permaneceram sem resposta e, na verdade, continuam sendo um ponto focal de tensão. Contudo, as organizações de cuidadores conseguiram manifestar sua oposição às mudanças propostas, garantindo que suas perspectivas se tornassem parte do diálogo em andamento existente. Por meio de comuni-

cados midiáticos e protestos, eles deixaram claro que o trabalho de cuidador é uma parte valiosa da sociedade canadense e que as trabalhadoras cuidadoras migrantes são em sua maioria mulheres racializadas da classe trabalhadora de países do Sul Global, sendo elas parte indispensável da força de trabalho. Como resultado de seu ativismo, o governo Liberal retirou sua proposta inicial e criou novos caminhos para os trabalhadores cuidadores migrantes obterem a cidadania canadense. Ainda que o resultado final estivesse bastante longe do direito automático que os cuidadores tinham anteriormente de solicitar a cidadania canadense quando vigorava o (agora extinto) Programa de Cuidadores Moradores, os caminhos para a residência permanente foram preservados e as coalizões de cuidadores ficaram aliviadas por terem mantido sob controle as ameaças de remoção completa dos direitos de cidadania.

> As lentes interseccionais

Em 2022, portanto quatro anos depois, ao refletir sobre essas discussões, ocorre-me que aplicar uma lente interseccional, ao examinar especificamente os movimentos de trabalhadores cuidadores migrantes e os movimentos sociais em geral, traz à tona dilemas normalmente complicados que os atores desses movimentos enfrentam.

Primeiro, a interseccionalidade nos permite avaliar fielmente os desafios que o movimento dos trabalhadores cuidadores migrantes enfrenta ao projetar uma plataforma *unificada* considerando os múltiplos e sobrepostos locais sociais que seus membros ocupam. As tensões persistem ao identificar quais ativistas podem realmente ser porta voz do movimento, já que os membros que enfrentam as desvantagens mais interseccionais são aqueles menos prováveis de ter a capacidade de falar. Não obstante, indubitavelmente, são as necessidades desses membros as mais urgentes. Por isso, tal abordagem interseccional revela dificuldades em criar um movimento que capte as necessidades de

>>

“Analisar esses movimentos utilizando a interseccionalidade nos permite observar melhor a fluidez das abordagens adotadas pelos movimentos de trabalhadores cuidadores migrantes”

seus membros, sobretudo as necessidades daqueles que estão enfrentando os maiores desafios.

Segundo, uma lente interseccional também revela como os movimentos dos trabalhadores cuidadores migrantes se beneficiam de serem interseccionais em sua abordagem. As organizações de trabalhadores cuidadores migrantes que se definem enquanto interseccionais procuram formar coalizões com diferentes movimentos com bases diversificadas de membros. Eles frequentemente formam alianças com os movimentos trabalhista e feminista. Ao atuar no interesse dos trabalhadores cuidadores migrantes no Canadá, que tiveram seus pedidos de cidadania rejeitados porque eles ou suas famílias têm deficiências, essas organizações também buscaram coalizões com movimentos de justiça para pessoas com deficiência. A oportunidade de trabalhar com esses vários movimentos permite que as preocupações dos trabalhadores cuidadores migrantes ganhem força mais ampla. Como Fernando Tormos-Aponte e eu escrevemos em artigo que está para ser publicado, a capacidade de criar *solidariedade interseccional* permite que diferentes comunidades vejam seus destinos como interligados. As organizações progressistas que fazem parte do movimento dos trabalhadores cuidadores migrantes – ao lado de outros movimentos sociais – descobrem que, coletivamente, podem trabalhar juntas para minar a opressão ao unir forças em campanhas-chave e ao influenciar o discurso público.

> Abolição versus reforma

É evidente que é na questão das agendas normativas que diferentes atores de um movimento entram em conflito. Neste ponto, uma lente interseccional novamente se mostra esclarecedora. Certas organizações de trabalhadores cuidadores migrantes acreditam, consonante com a visão interseccional do Coletivo do Rio Combahee, que os movimentos devem, em última instância, caminhar na direção da abolição das estruturas de poder interligadas do capitalismo, imperialismo e patriarcado. Todavia, outras organizações consideram que seus esforços são melhor canalizados quando buscam mudanças nas políticas. Em meu próximo livro, *Care Activism: Migrant Domestic Workers, Movement-Building and Communities of Care* (Ativismo de cuidados: trabalhadores domésti-

cos migrantes, construção de movimento e comunidades de cuidadores), categorizo essas divisões como baseadas em abolição versus reforma: algumas organizações veem o sucesso do movimento como o fomentando de uma visão abolicionista, ao passo que outras veem o sucesso norteando-se pelas mudanças políticas.

> Os efeitos da COVID-19

A pandemia de COVID-19 subverteu muitas dessas divisões ideológicas, tornando a análise interseccional ainda mais evidente. Apesar de eu ainda acreditar que as diferentes visões normativas das organizações se baseiam em ideologia, analisar esses movimentos utilizando a interseccionalidade nos permite observar melhor a fluidez das abordagens adotadas pelos movimentos de trabalhadores cuidadores migrantes. A interseccionalidade, com ênfase em uma análise multidimensional do poder que identifica mudanças nos processos, sistemas e estruturas que diminuem gradualmente e afetam as experiências vividas pelos indivíduos, demonstra como a COVID-19 foi catastrófica para os trabalhadores cuidadores migrantes: as mudanças subsequentes nas políticas estatais e nas condições de trabalho foram devastadoras.

A pandemia foi um divisor de águas para o movimento dos trabalhadores cuidadores migrantes no Canadá, revelando a urgência do ativismo dentro do movimento. Muitas das mesmas organizações que adotaram posições conflitantes em 2018 se reuniram durante a pandemia para exigir melhores políticas de apoio aos trabalhadores cuidadores migrantes e, ainda, com o objetivo de conduzir mudanças estruturais mais duradouras que levariam o *trabalho de cuidador/a* ao centro das atenções enquanto um valor social fundamental. A pandemia também levou os atores do movimento dos trabalhadores cuidadores migrantes a reconsiderar a importância de firmar alianças com movimentos indígenas, com o Vidas Negras Importam e com outros movimentos sociais progressistas. Considerar o seu destino como irrevogavelmente ligado ao de outras comunidades minoritárias levou a uma avaliação mais profunda da necessidade de solidariedade interseccional. ■

Contato com Ethel Tungohan <tungohan@yorku.ca>

> A busca pela metáfora interseccional correta

por **Amund Rake Hoffart**, Universidade de Oslo, Noruega



As interseções são frequentemente representadas por estradas e encruzilhadas. Crédito: Jeremy Bishop/[Unsplash](#).

A linguagem, tanto em sua forma cotidianas quanto acadêmica, é carregada de metáforas. Se você começar a procurar metáforas em um texto, elas provavelmente surgirão como cogumelos. As metáforas fazem uso de tropos: expressões que mudam o significado familiar das palavras para que elas representem algo diferente. Metáforas como um coração partido, uma maçã podre, um guia moral, o desabrochar tarde de uma pessoa e uma faca de dois gumes fazem uso de objetos bem conhecidos de ambientes mundanos e os transferem para novos contextos, às vezes surpreendentes. Localizar a riqueza das metáforas na nossa linguagem cotidiana e

acadêmica ilustra por que elas são algo pelo qual “vivemos”, como foi colocado no trabalho clássico sobre metáfora de George Lakoff e Mark Johnson de 1980. Longe de ser um fenômeno periférico da linguagem, algo extraordinário que pertence aos domínios da poesia e da retórica, as metáforas influenciam profundamente o nosso pensamento e as nossas ações cotidianas.

> A interseção de tráfego de Crenshaw

O ensaio de Kimberlé Crenshaw de 1989, “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory

>>

and Antiracist Politics” elaborou o conceito de interseccionalidade através da metáfora de uma interseção de tráfego. Ao visualizar a experiência de discriminação de mulheres negras enquanto a experiência de serem atropeladas pelo trânsito de várias direções, Crenshaw forneceu imagens particularmente evocativas para acompanhar sua análise de casos legais nos EUA, onde mulheres negras estavam caindo pelas rachaduras das doutrinas anti-discriminação dos EUA. Embora o cruzamento de tráfego tenha sido, desde então, tomado como imagem central da interseccionalidade, ele também recebeu sua parcela de crítica. A maioria das objeções centra-se nas dimensões aditivas da imagem do cruzamento de tráfego: ele retrata as categorias sociais - como gênero, raça, classe e sexualidade - como separadas e independentes, tornando possível adicioná-las umas às outras. Parece difícil negar que a imagem da interseção de tráfego é aditiva no sentido de que separa estradas independentes que conduzem para dentro e para fora da interseção. Nas três décadas que se passaram, desde a publicação do ensaio de Crenshaw, uma abundância de – mais e menos excêntricas – metáforas alternativas foram propostas. Esta, portanto, também se tornou uma das maneiras importantes em que a interseccionalidade viaja: a ideia viajou para longe ao receber, continuamente, novas interpretações e elaborações através de metáforas e analogias.

> Há mais de uma maneira de esfolar um gato!

Curiosamente, algumas metáforas alternativas para a interseccionalidade são mais abstratas do que a interseção de tráfego, que pretendem substituir, por exemplo, eixos, interferências, configurações, conjuntos, fractais, interstícios, vetores, topografias e espaços desordenados de emergência. Para aqueles que procuram metáforas em espaços mais tangíveis, a esfera de cozinhar e assar é evidentemente inspiradora, já que a interseção tem sido comparada a açúcar, biscoitos, um bolo de camadas, os redemoinhos em um bolo de mármore, massa e um guisado. Há um aspecto de cozinhar e comer que teve um efeito especialmente sedutor nos estudiosos em busca de melhores metáforas de interseccionalidade: a maneira como os ingredientes se misturam e fluem uns para os outros; as partes se tornam inteiras, os integrais se tornam partes; os diferentes ingredientes se misturam, se espalham e são mastigados juntos. Um exemplo entre a montanha de metáforas alimentares é o guisado de Shannon Sullivan, apresentado em seu livro de 2001 *Living Across and Through Skins*. Em contraste com um fondue, onde os ingredientes se fundem e se desintegram, os legumes no guisado de Sullivan mantêm sua “identidade” no pote, mas ao mesmo tempo são transformados interagindo com outros vegetais. Pensando em um guisado como uma metáfora para as relações sociais e identidades interseccionais, os vegetais no pote iluminam a relação dinâmica e mutuamente formadora entre diferentes partes da identidade social de uma pessoa, como categorias de raça, gênero, classe, sexualidade, idade, deficiência e assim por diante.

> A confusa interseção montanhosa

Outros estudiosos continuaram a trabalhar com as imagens de tráfego de rodovias e cruzamentos. Em seu ensaio de 2011 “Intersectionality, Metaphors, and the Multiplicity of Gender”, Ann Garry esboça a adição, passo a passo, de mais elementos à interseção de tráfego: elementos que se baseiam, mas, ao mesmo tempo, complicam, na metáfora original de Crenshaw. Para torná-lo mais fluido e mais capaz de capturar uma mistura completa de sistemas opressivos, Garry acrescenta mais ruas, mais carros e uma rotatória. No entanto, esses elementos adicionados ainda não podem resgatar a horizontalidade restritiva da imagem da interseção de tráfego. Para isso, devemos nos aventurar além da estrutura plana da rotatória. O que é necessário é um elemento de verticalidade para transmitir como as estruturas de privilégio e opressão trabalham juntas e se relacionam entre si. Neste ponto, Garry vira-se para montanhas e, em seguida, também introduz líquidos correntes para acompanhar a imagem da montanha. Novamente, a motivação é garantir que as imagens permaneçam fluidas, não sólidas e discretas. O remake de Garry resulta em algo como o seguinte: líquidos correm das montanhas até um cruzamento com uma rotatória em seu centro e onde muitas ruas e carros se encontram. Se essa imagem parecer bagunçada, Garry nos garante que esse tipo de bagunça é exatamente o que precisamos em nossas metáforas para nos ajudar a entender a complexidade da interseção.

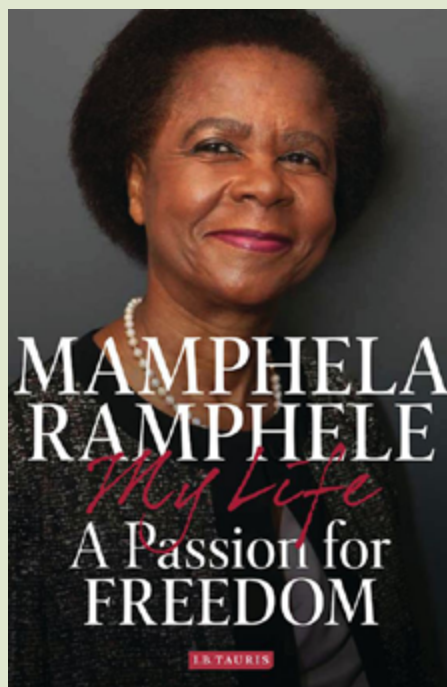
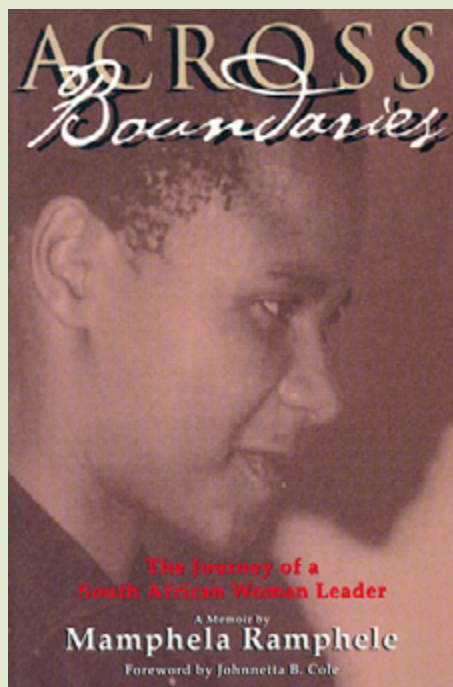
> Não há pura confusão

O que impulsiona essa busca por metáforas alternativas para a interseção? A busca por novas e melhores metáforas parece ser alimentada pela insatisfação generalizada com a imagem central da interseccionalidade. A metáfora de interseção de tráfego simplesmente não atende aos requisitos: ela depende demais da aditividade de fluxos separados para ser suficiente. Isto significa que a metáfora “certa” para a interseccionalidade deve também ser uma metáfora que não esteja manchada pela adicionalidade. Neste ponto, eu me lembro da insistência de Garry na necessidade de bagunça em nossas metáforas de interseção. No entanto, a busca da metáfora certa para a interseccionalidade parece, paradoxalmente, aspirar a uma versão pura do impuro, ou seja, é uma tentativa de esculpir uma metáfora isenta de poluição aditiva. Aspirar a tais ideais de pureza parece-me ser o oposto de confusão, e algo que pode realmente dificultar nossa imaginação intelectual e metafórica. E se, ao invés de levarmos a sério “a necessidade de confusão” nas nossas metáforas, exigissemos reconhecer as dimensões aditivas do nosso pensamento, para as vermos como um recurso potencial em vez de um embaraço? ■

Contato com Amund Rake Hoffart <a.r.hoffart@stk.uio.no>

> Interseccionalidade como método crítico

por **Kathy Davis**, Universidade Livre de Amsterdã, Países Baixos e **Helma Lutz**, Universidade Goethe Frankfurt, Alemanha



Crédito: The Feminist Press da City University of New York.

Crédito: I.B. Tauris.

Embora muitos estudiosos no campo dos estudos de gênero estejam convencidos de que a interseccionalidade é uma parte essencial da boa teoria feminista, nem sempre é claro como a interseccionalidade deve ser adotada no contexto da pesquisa. Na prática, a interseccionalidade suscita muitas questões como, por exemplo: quais categorias devem ser incluídas numa análise interseccional? Deveriam os investigadores aderir sempre aos “três grandes” critérios de gênero, raça e classe, ou deveriam lançar uma rede mais ampla? Alguns estudiosos perguntaram se as categorias devem ser usadas, pois podem ser enganosas e não captar a ampla diversidade de experiências e identidades.

> Como aplicar a interseção

A jurista americana Mari Matsuda apresentou um procedimento simples para a análise interseccional, a que chamou “fazer a outra pergunta”: “Quando vejo algo que parece racista, pergunto: “Onde está o patriarcado nisto?” Quando vejo algo que parece sexista, pergunto: “Onde

está o heterossexismo nisto?” Quando vejo algo que parece homofóbico, pergunto: “Onde estão os interesses de classe nisto?” Esse procedimento acaba sendo uma maneira surpreendentemente simples, mas definitivamente útil, de começar a analisar as maneiras como o poder interseccional funciona nas histórias de vida das pessoas e como essas interseções podem ser tanto capacitantes quanto restritivas.

> Como a liberdade pode ser vista como dependente da integração de lutas

Como exemplo, aplicamos este método à história de vida de Mamphela Ramphele, uma famosa médica, escritora e ativista anti-apartheid sul-africana. Ela foi presa e seu trabalho banido por muitos anos, mas se tornou a primeira mulher negra a chefiar uma universidade sul-africana, diretora-gerente do Banco Mundial e candidata presidencial da Aliança Democrática nas eleições gerais de 2014¹. Usamos três maneiras de “fazer a outra pergunta”: a) para nos situar como pesquisadores antes da análise; b) para descobrir pontos cegos que surgiram du-

>>

rante a análise; c) para complicar o pensamento sobre as relações de poder.

a) Seguindo o famoso argumento de Donna Haraway de que pesquisadores (feministas) precisam admitir que o conhecimento que estão produzindo é sempre situado, parcial e reflexivo, reconhecemos que, como pesquisadoras brancas, feministas, europeus/americanos com uma agenda antirracista, nosso desejo de analisar a biografia de Ramphele não foi um empreendimento inocente. Por criticar a negligência de raça e racismo na erudição feminista, esperávamos que a história de vida de Ramphele nos permitisse implementar nosso projeto, a saber, demonstrar que é impossível falar sobre gênero sem falar sobre raça. Inicialmente, ficamos surpreendidos com a sua aparente relutância em situar-se como uma negra africana no contexto do apartheid ou em falar sobre as suas próprias experiências com o racismo. Ela até pareceu se distanciar da raça e do racismo baseando-se em sua posição privilegiada ou nos modos pelos quais ela era extraordinária ou diferente. Ainda mais notável foi o fato de que durante a entrevista ela parecia mais confortável se posicionando como uma mulher. Foi a ênfase repetida dela no gênero que nos deixou no caminho e nos fez perceber que precisávamos voltar para a prancheta de desenho.

b) Ao voltar a “fazer a outra pergunta”, consideramos mais de perto alguns desses momentos em que Ramphele insistiu que a desigualdade de gênero e o sexismo eram as forças motrizes por trás de seu desenvolvimento. Em contraste com a nossa suposição de que o racismo seria a característica mais saliente de sua vida sob o apartheid, Ramphele continuou a referenciar relações patriarcais de gênero, a fim de dar sentido à sua vida. Sua estratégia narrativa foi fundamental para estabelecer sua posição especial, algo que ela poderia realizar mais facilmente através de sua identidade de gênero na África do Sul bifurcada racialmente. Ela não se posicionou como uma mulher negra ou como uma sul-africana, mas sim como uma filha e uma irmã que teve de lutar contra os homens e instituições dominadas pelos homens que a impediram de fazer o que ela queria fazer. Desta forma, ela se estabeleceu como distinta: diferente de sua família, amigos, colegas e companheiros.

c) Ao “fazer a outra pergunta”, fomos capazes de entender a determinação de Ramphele de se apresentar como uma mulher de mentalidade independente. Seu profundo desejo de superar os constrangimentos normativos do papel da mulher na sociedade se tornou o fundamento de seu sucesso como autodidata, ativista, profissional e mãe solteira. Ela se concentrou nas atividades que

ela havia realizado sob seu próprio esforço (e não, por exemplo, como o amante do famoso ativista do Black Power Steve Biko) e enfatizou repetidamente que não era apenas raça, o estado de apartheid, ou o Movimento da Consciência Negra que importava como ela via sua identidade. Ela demonstrou como diferentes aspectos e posições sociais em sua vida se tornaram salientes em momentos específicos, dependendo do contexto em que se encontrava. Veja, por exemplo, sua rebelião contra a priorização dada pela ANC à luta contra o racismo em detrimento do feminismo:

“Não se pode ter dividido a liberdade. Eu perguntei, Como vou me definir como uma pessoa livre se eu me tornar livre como uma pessoa negra e permanecer presa como uma mulher? Não há como dividir meu corpo entre a mulher em mim e a pessoa negra em mim. E se você vai tratar da minha liberdade, ela tem de ser integrada.”

Neste belo exemplo de pensamento interseccional, ela une gênero e raça, deixando claro que para ela, a liberdade depende da integração de ambas as lutas.

> Como as estratégias cotidianas nos permitem resistir ou acomodar a energia

O método de “fazer a outra pergunta” nos permite fazer um sentido interseccional da biografia de Ramphele, permitindo-nos interrogar criticamente nossas próprias suposições e localização social, reconhecer como nossos pontos cegos impedem nossa análise da entrevista e, finalmente, descobrir como a própria entrevistada forneceu uma reconstrução complexa de sua vida, usando uma compreensão interseccional de gênero, raça e outras diferenças sociais para criar uma narrativa que fazia sentido para ela. O uso da interseccionalidade não se restringe a pesquisadores, sociólogos, feministas e estudiosos críticos das desigualdades raciais; as pessoas comuns também as utilizam. Analisar a interseccionalidade requer que prestemos atenção em como as pessoas se posicionam em diferentes contextos e em diferentes momentos de suas vidas. Significa reconhecer vulnerabilidades que não são iguais ou semelhantes em todas as situações e olhar para a forma como os indivíduos desenvolvem estratégias – muitas vezes com considerável desenvoltura – para amortecer ou absorver essas vulnerabilidades. E, o mais importante de tudo, envolve olhar para as estratégias cotidianas que as pessoas usam para resistir ou acomodar o poder: estratégias que são inevitavelmente mais complicadas e contraditórias do que esperamos. ■

Contato com
Kathy Davis <k.e.davis@vu.nl>
Helma Lutz <lutz@soz.uni-frankfurt.de>

1. Esta análise é baseada numa entrevista conduzida por uma colega, a antiga ativista civil dos direitos e historiadora oral Mary Marshall Clark, bem como em várias autobiografias escritas pela própria Ramphele.

> Fridays for future:

Uma perspectiva de movimentos sociais

por **Koichi Hasegawa**, Universidade Shokei Gakuin, Japão, e membro do Comitê de Pesquisa em Ambiente e Sociedade da ISA (RC24)



Imagem principal: Dia Global de Ação pela Justiça Climática. 100000 pessoas juntaram-se à Marcha Climática em Glasgow, na COP26, em 6 de Novembro de 2021. Crédito: Hanae Takahashi (Friends of the Earth Japan).

Imagem menor: Marcha climática em Londres, em 6 de Novembro de 2021. Crédito: Amelia Collins (Friends of the Earth International).

Fridays for Future, uma rede de jovens que trabalham em questões relacionadas às mudanças climáticas, ainda está ativa, apesar da pandemia da Covid-19, sob a qual grandes eventos presenciais são difíceis de realizar. Em Glasgow, no Reino Unido, durante a Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP26), em novembro de 2021, cerca de 100 mil pessoas marcharam para exigir uma ação mais agressiva para combater a crise climática. Em meados de setembro de 2019, esta campanha conseguiu mobilizar mais de 7,6 milhões de jovens a nível mundial, o que constitui o recorde mundial do número de participantes numa campanha de rua. Podemos avaliar que esta é a ação coletiva mais bem sucedida em todo o mundo. Podemos interrogar-nos porque é que estas campanhas foram tão bem sucedidas. No entanto, apesar deste sucesso global, no Japão, o envolvimento nestas atividades tem sido pequeno e lento em comparação com o rápido aumento no resto do mundo. Por que essas campanhas no Japão foram tão limitadas em termos de número de participantes mobilizados, cidades onde campanhas nas ruas foram realizadas, e influência sobre a mídia e dentro do governo, tanto em nível na-

cional quanto local? Este artigo oferece algumas respostas a essas questões a partir da perspectiva dos movimentos sociais, com foco no enquadramento cultural, na mobilização de recursos e na estrutura de oportunidades políticas.

> Fridays for Future: a ação coletiva mais bem sucedida

Fridays for Future começou em 20 de agosto de 2018, quando Greta Thunberg, então uma menina sueca de 15 anos, começou um protesto sozinha em frente ao Parlamento sueco. Este foi o primeiro dia do novo semestre escolar e em meio à campanha para as eleições gerais na Suécia. Seu plano original era continuar sua greve por três semanas, até sexta-feira, 7 de setembro: o fim da campanha para as eleições gerais. A “Greve das Mudanças Climáticas” ou “greve escolar”, que ela começou boicotando suas aulas para exigir que o governo fortalecesse as medidas contra as mudanças climáticas, foi imediatamente espalhada através do SNS (Social Networking Services) e cobertura da mídia no exterior. Na esteira de uma inesperada grande resposta ao seu

>>

protesto, Greta decidiu continuar a greve toda sexta-feira após as eleições gerais, até que o governo sueco adotou uma ação mais agressiva para cumprir suas promessas sob o Acordo de Paris de 2015. Sua palestra no TED (Technology, Entertainment, and Design, Tecnologia, Entretenimento e Design), em novembro de 2018, e seu discurso na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP24) em dezembro, daquele ano, foram altamente elogiados, e a greve contra as mudanças climáticas se espalhou imediatamente em todo o mundo como campanhas de Fridays for Future.

Sete meses após o primeiro protesto de Greta, na sexta-feira, 15 de março de 2019, a campanha se expandiu para incluir mais de 1,4 milhão de pessoas, principalmente jovens, em mais de 2 mil cidades em 125 países ao redor do mundo. Treze meses depois de ter começado, na sexta-feira, 20 de setembro de 2019, pouco antes do início da Cúpula de Ação Climática da ONU em 23 de setembro, mais de 4 milhões de pessoas participaram de protestos em 163 países. A campanha continuou até sexta-feira, 27 de setembro, com mais de 7,6 milhões de participantes no total em 185 países ao longo de oito dias. Na maioria dos países, muitos jovens participaram voluntariamente em manifestações de rua.

Foi a maior ação coletiva do mundo até à data em qualquer assunto ou em qualquer área. Antes das ações de Greta, a maior demonstração de mudanças climáticas tinha sido em Nova York, pouco antes da Sessão Especial da ONU sobre as mudanças climáticas, em setembro de 2014, com cerca de 400 mil participantes.

Em 2020, devido à pandemia global da Covid-19, a ação na rua foi estritamente limitada na maioria dos países. Mas na sexta-feira, 25 de setembro de 2020, um Dia Global de Ação Climática foi convocado. Apesar da pandemia, foram tomadas medidas em 3.200 locais em todo o mundo. Na Alemanha, um total de 200 mil pessoas participaram de ações de rua em 450 locais.

As atividades no Japão foram pouco atendidas e demonstraram a ganhar apoio, em comparação com o rápido aumento em todo o mundo. Os protestos de 15 de março de 2019 limitaram-se a um total de apenas 200 participantes no Japão, em apenas duas cidades: Tóquio e Quioto. No entanto, a manifestação de 20 de setembro de 2019, denominada “Marcha Global do Clima”, contou com a presença de mais de 5 mil pessoas em 27 cidades em 23 prefeituras. Cerca de 3000 pessoas participaram em Tóquio. Para facilitar a participação das pessoas, no Japão, o termo mais suave marcha foi usado em vez de greve ou ação.

As seguintes características desse movimento são muito interessantes. (1) Consiste numa ação coletiva que envolve principalmente as gerações mais jovens, como os estudantes do ensino secundário e universitários. (2) A maioria dos participantes eram pessoas que se encontravam na primeira vez e que nunca tinham estado envolvidas em qualquer movimento social ou manifestação antes. (3) A ação dos jovens de boicotar as aulas nas escolas e de se envolverem em ações de rua destinadas

a reforçar as medidas contra as alterações climáticas foi essencialmente altruísta. (4) Não se trata de um evento pontual, mas continua todas as sextas-feiras, tendo sido realizadas várias ações a nível mundial, mesmo durante a pandemia de COVID-19. (5) A doença propagou-se a todo o mundo, incluindo aos países em desenvolvimento. (6) As RSC são utilizadas como instrumento de convite à participação. (7) Por último, trata-se de uma atividade centrada nas alterações climáticas

> **Análise através de enquadramento cultural, estrutura de mobilização e estrutura de oportunidade política**

Minha estrutura para analisar movimentos sociais, o modelo triangular de movimento social (TRIM) é baseado no trabalho de [McAdam \(1996\)](#), e consiste em três elementos: enquadramento cultural, estrutura de mobilização e estrutura de oportunidade política ([Hasegawa 2018](#)). O enquadramento cultural define a situação comum partilhada por todos os participantes: a imagem de mundo e a autoimagem do movimento, que justifica o movimento e as atividades sociais e motiva os cidadãos a participar. O enquadramento cultural é um processo dinâmico e estratégico que medeia a insatisfação e a orientação para a mudança. A estrutura de mobilização centra-se nos recursos que podem ser mobilizados e em que condições. Podem ser mobilizados todos os tipos de recursos, por exemplo, humanos, financeiros, materiais e informativos, bem como recursos simbólicos, como legitimidade ou justificação. Finalmente, a estrutura de oportunidade política é o conjunto das condições políticas institucionais e não institucionais que definem os processos sociais do surgimento, desenvolvimento e declínio dos movimentos sociais.

Esta é uma estrutura analítica que integra a perspectiva do comportamento coletivo, a teoria de novos movimentos sociais, e a perspectiva da mobilização de recursos. É uma resposta às três esferas de “movimento social e cultura”, “movimento social e organização” e “movimento social e política”.

O nome de Fridays for Future e o ícone simbólico de Greta Thunberg foram extremamente eficazes. Tem sido considerado difícil para os principais atores do movimento que se formou em torno das questões das mudanças climáticas permanecer símbolos potentes por muitos anos, mesmo que existam ícones simbólicos de longa data, como os ursos polares. Os números simbólicos limitam-se ao ex-vice-presidente dos EUA, Al Gore, que ganhou o Prémio Nobel da Paz em 2007. Em termos de personalização da questão das alterações climáticas, é extremamente significativo que Greta Thunberg tenha emergido em destaque. Em 2019, foi convidada para o Fórum Econômico Mundial em janeiro, o Parlamento da UE em fevereiro e a Cimeira da ONU sobre a Ação Climática em setembro; e a sua voz impressionou, repetidamente. Em dezembro do mesmo ano, ela foi nomeada Pessoa do Ano pela revista Time.

Fridays for the Future – aconteceu de ser apenas uma sexta-feira, dia alvo dos protestos de Greta – também é



um bom enquadramento. Como o movimento #MeToo, essas palavras e frases podem ser entendidas por crianças do ensino fundamental de países de língua inglesa. A mensagem é simples e positiva. É literalmente orientada para o futuro. Contém apenas 16 cartas, mas é um apelo à ação às sextas-feiras, expressando um sentimento de crise para o futuro. Também é fácil de usar como abreviação e conveniente para hashtags, como em #FFFSendai: assim como Fridays for Future Kyoto ou Fridays for Future Kobe, podemos adicionar não apenas um nome de país, mas também um nome de lugar local. Por ser fácil de localizar, é fácil para os jovens se organizarem em torno dela em sua própria área. No Japão, mais de 30 grupos da campanha Fridays for Future protestaram continuamente em cada região. Em comparação com os enquadramentos negativos, proibidos e acusativos, como “oposto”, “anti-xx” e “não do xx”, é menos provável que cause resistência ou repulsão. Também pode gerar interesse no que é Fridays for the Future.

No que diz respeito à estrutura de mobilização, ONG ambientais bem estabelecidas, como Greenpeace, Friends of the Earth e WWF (World Wide Fund for Nature), recuaram para segundo plano. É verdade que os membros de algumas ONG ambientais estabelecidas e o pessoal a tempo inteiro do seu secretariado estão a juntar-se para prestar apoio, mais ou menos; mas, basicamente, não depende de uma base organizacional. É a melhor prova do sucesso deste enquadramento que os jovens enfrentam a crise climática sob o nome de Sextas-Feiras para o Futuro.

Os jovens usam SNS para comunicar e mobilizar informações. A conta de Greta no Twitter tem 5,05 milhões de seguidores (até o final de junho de 2022). Sua página no Facebook também tem 3,55 milhões de seguidores. A maioria de seus artigos do Facebook já receberam mais de 10.000 curtidas, e alguns mais de 100.000 curtidas. O bom senso de alcance, a capacidade de levantar problemas e a atitude coerente de Greta são ótimas coisas para se aprender quando se pensa em mobilizar.

O calendário da oportunidade política de 2019 foi fundamental para a grande resposta às ações da Greta. 2019 foi o ano anterior ao início da implementação do Acordo de Paris em 2020, e foi fácil para a mídia cobri-lo. Se a ação tivesse ocorrido em 2012, é duvidoso que tivesse recebido tal resposta.

Em maio de 2019, o jornal *Guardian* do Reino Unido, que é o mais entusiasmado dos jornais diários mundiais que reportam sobre as mudanças climáticas, disse que o nome mudança climática não transmite totalmente a gravidade da realidade na época. Ao declarar uma mudança de política, começou-se a descrever a situação como uma crise climática ou uma emergência climática.

As ações de Greta mostram continuidade. Na sexta-feira, 17 de junho de 2022, a greve escolar atingiu sua 200ª semana; em 52 semanas/ano, tem acontecido por cerca de quatro anos.

> Japão: Por que as campanhas têm sido tão limitadas

As campanhas Friday for Future do Japão são extremamente limitadas em comparação com as de outros países. Por que razão foram tão limitados em termos do número de participantes mobilizados?

Grupos de jovens japoneses usam o nome Fridays for Future em inglês, sem tradução. Esta é uma frase simples, mas em japonês seria muito difícil de expressar e ninguém apareceu com uma boa frase correspondente em japonês. Da mesma forma, não há pessoa que seja um ícone simbólico como Greta. Geralmente, no Japão, os jovens são silenciosos, cínicos ou indiferentes, enquanto muitos dos participantes de campanhas de rua são estrangeiros e estudantes de escolas internacionais. Mesmo entre os países asiáticos, as conquistas políticas dos movimentos sociais japoneses são pobres; quando comparados à Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Filipinas, etc., os movimentos sociais do Japão são fracos em termos de financiamento, recursos humanos, bases organizacionais e o envolvimento de especialistas. Eles são pouco poderosos porque o enquadramento cultural, a mobilização de recursos, e as oportunidades políticas para os movimentos sociais são todos tão fracas. Eventualmente, a expansão da mobilização atingirá o seu auge, e existe a possibilidade de que enfrentemos um sentimento diminuído de eficácia política e um sentimento de impotência, com a ideia de que estamos a agir repetidamente, mas no final, podemos não ver quaisquer resultados das nossas atividades. Há questões sobre como manter a energia das práticas que continuam repetindo a mesma coisa todas as vezes, e como manter o exercício à medida que a frescura dos participantes e a cobertura da mídia desaparecem.

Em termos de estrutura de oportunidade política, os grupos de jovens ainda não conseguiram encontrar uma via política eficaz para impulsionar uma política climática agressiva. Não há nenhum programa político específico ou agenda após os protestos de rua. Como devem ser organizadas as campanhas de Fridays for Future em novas direções; qual deverá ser o próximo passo; e quem deverão ser os seus aliados políticos? Tudo isto ainda é muito pouco claro. A agitação causada pelo ativismo não conseguiu trazer a vitória em nenhuma eleição nacional. Ganhar influência política ainda é um desafio difícil para os ativistas devido às limitações de seus antecedentes organizacionais. À luz do retrocesso político alimentado pelo etno-centrismo e pelo populismo, bem como da pressão política nos meios de comunicação de massa, a sociedade civil do Japão e o ativismo civil sobre questões relacionadas às mudanças climáticas estão em uma encruzilhada, e sua direção futura permanece incerta. Esse pode ser um problema comum não apenas para as campanhas do Japão Fridays for Future, mas também para as campanhas no exterior. Mas particularmente sob a cultura política do Japão, onde o engajamento político do público em geral provavelmente não aumentará, a questão de como sustentar o movimento e progredir é muito difícil de enfrentar. ■

Contato com Koichi Hasegawa <k_hasegawa@shokei.ac.jp>

> Como a guerra russo-ucraniana afeta a sociologia

por **Nataliya Chernysh**, Universidade Nacional Ivan Franko Lviv, Ucrânia

No meu discurso no III Congresso da Associação Sociológica da Ucrânia¹, identifiquei quatro fases do desenvolvimento do pensamento sociológico no contexto da globalização. Estruturalmente, cada etapa tem sete componentes, que considero de importância primordial para compreender suas especificidades e determinar as tendências gerais de desenvolvimento: a natureza da sociologia em um determinado momento, suas características definidoras, seus conceitos básicos, seus temas centrais, suas principais funções, sua característica dominante e os principais métodos empregados na pesquisa empírica.

> A sociologia da globalização

Estágio I: sociologia antes da globalização (do início da sociologia até 1985), quando apareceram as primeiras obras sociológicas nesse campo. A sociologia era, então, considerada a ciência da sociedade; seu ideal abstrato era uma sociedade do tipo ocidental dentro de suas fronteiras territoriais e de estado-nação. Em 2000, U. Beck chamou isso de sociologia “container”. É o período de formação do cânone sociológico.

Estágio II: (1985-2002): sociologia da era da implantação de poderosos processos de globalização; assim, a sociologia se torna uma ciência da humanidade, que é globalizada seguindo o modelo ocidental na forma de ocidentalização, mais especificamente, americanização (ainda mais especificamente, McDonaldização). É por isso que P. Berger chama os americanos de os principais globalizadores. Nessa fase continua a formação do cânone sociológico.

Estágio III: (2002-2016): sociologia da era das múltiplas globalizações (o surgimento da orientalização, globalizações alternativas, etc.). Ou seja, está se formando uma sociologia global, que está se tornando uma ciência da

humanidade globalizada de várias maneiras. Nela, o local adquire o direito de existir, e representantes de diferentes escolas nacionais ganham a oportunidade de participar do diálogo sociológico junto com representantes do “Norte sociológico rico”, como M. Burawoy o chamou em 2008. Assim, há uma rápida expansão do número de obras sociológicas fora do cânone sociológico.

Estágio IV: (2016 - presente): sociologia da era pós-globalização, pois há uma redução dos processos de globalização e fortalecimento das forças centrífugas da regionalização no mundo. (Note-se que eu uso o termo “pós-globalização” por analogia com o termo de D. Bell “pós-industrial” em relação ao tipo de sociedade que substitui a sociedade industrial, mas preserva os setores pré-industriais e industriais.) Portanto, a sociologia desse período torna-se, cada vez mais, uma ciência de humanidade fragmentada com a multiplicação de formações regionais. O corpus de obras de caráter canônico e não canônico é formado com características dialógicas e intensificação da interdisciplinaridade.

> Onde está a sociologia da globalização agora

Esta quarta etapa não significa o desaparecimento dos processos de globalização enquanto tal e o declínio da sociologia da globalização. Em vez disso, novas realidades socioculturais estão surgindo e outra reconfiguração do conhecimento sociológico está ocorrendo, com uma relativa diminuição na parcela de cenários de globalização. Por exemplo, o aparecimento da pandemia de COVID-19 levou, em muitos casos, ao colapso dos laços e das relações globais, ao reaparecimento das fronteiras ou a uma diminuição do leque de entidades e processos transnacionais, o que se reflete nos trabalhos de um número crescente de sociólogos.

Este período pós-globalização assume uma nova identidade durante a guerra russo-ucraniana. Hoje estamos

>>

“Há um crescimento do local no global, onde o local se torna o núcleo do global”

a assistir ao nascimento de um novo tipo de ordem mundial, que pode ser retratado como a reencarnação do Ocidente (agora na forma da chamada “união coletiva do Ocidente”) com o seu coração na Ucrânia. Ou seja, na minha opinião, hoje não há oposição entre global e local, e não há transformação de local em global. Há um crescimento do local no global, onde o local se torna o núcleo do global. Em outras palavras, há um novo tipo de formação global-local, com a supremacia dos valores universais incorporados na luta por esses valores no mundo não-Ocidental; neste caso, a Ucrânia. Estão a surgir novos movimentos sociais globais, em primeiro lugar um movimento de solidariedade para com a Ucrânia. A sua peculiaridade é a sua influência extremamente poderosa sobre os governos e a redução do tempo de tomada de decisões. Novas alianças regionais começam a desempenhar um papel especial, por vezes entre países com os quais não existem fronteiras comuns (refiro-me às chamadas “pequenas alianças”, como a Grã-Bretanha-Ucrânia-Polónia ou o Trio Associado: Ucrânia-Moldávia-Geórgia).

É claro que estes processos também exigem reflexões e discussões sociológicas, diálogo entre representantes de diferentes escolas e movimentos nacionais. Por exemplo, a guerra russo-ucraniana já está a ganhar significado sociológico. Refiro-me a uma carta do Presidente da ISA, [Sari Hanafi](#), descrevendo o paradigma imperial de Putin e destacando quatro lições desta guerra para o Oriente Médio. Em geral, concordo com muitas das teses desse texto, mas, ao mesmo tempo, não considero correto comparar diretamente as guerras no Oriente Médio com a atual guerra na Ucrânia, onde ocorre o genocídio do povo ucraniano. Toda guerra é terrível, mas a agressão da Rússia contra a Ucrânia representa uma ameaça não apenas para a própria Ucrânia, mas para muitos outros países do mundo, se não trabalharmos juntos para destruir um regime baseado no paradigma imperial.

> Para onde vai a sociologia

Agora, podemos estabelecer as tendências da sociologia atual de acordo com a substância das etapas que aqui propus. Uma lista provisória poderia incluir as seguintes 10 noções:

(1) o rápido alargamento dos limites da sociologia, seu objeto e objeto de estudo como resultado da permeação das esferas canônicas de interesse da disciplina, bem como a introdução no campo de reflexões sociológicas de fenômenos relacionados com a realidade artificial (realidade virtual, realidade aumentada, inteligência artificial, etc.);

(2) Desenvolvimento e fomento de uma reflexividade sociológica multidimensional e polifuncional de natureza híbrida, capaz de produzir conceitos e modelos de sistemas sofisticados de autorregulação de proporções globais, regionais ou locais, com um leque de possibilidades para a sua aplicação na prática social;

(3) a transição da interdisciplinaridade para a transdisciplinaridade e o aparecimento de um tipo adequado de metateorização baseada no sincretismo transdisciplinar e no pensamento holístico;

(4) o aumento da importância da conceptualização dos projetos de desenvolvimento regional, bem como das questões da coexistência de processos e fenômenos locais, glociais, globais, não globais e pós-globais;

(5) uma sofisticação significativa da terminologia refletida num aumento do número de termos híbridos provenientes das ciências sociais e naturais, bem como da tecnologia e das humanidades, acompanhada por uma síntese de noções de sociologia pós-clássica e pós-não clássica;

(6) a mudança da atenção dos sociólogos de transformações sociais predominantemente estáticas para transformações sociais de ordem dinâmicas e mesmo reativas;

(7) a importância crescente do estudo das desigualdades sociais complexas (predominantemente não materiais), com especial atenção para as novas formas de desigualdade incorporadas nas tensões sociais, bem como para os novos tipos de conflitos em torno de interesses e valores opostos;

(8) a importância crescente das funções teóricas e cognitivas da sociologia moderna nas condições de hiperergia (ou hiperdinamismo) e de transformações sociais reativas, bem como a função humanística decorrente da crescente desumanização provocada pela introdução contínua de novas tecnologias e das atuais guerras híbridas;

(9) a diversificação dos métodos e técnicas utilizados na sociologia através da utilização de metodologias quantitativas e qualitativas recentemente sintetizadas e modificadas, bem como a adoção de métodos de outras disciplinas. O seu efeito combinado permite aos sociólogos obter resultados sociais rápidos e válidos;

(10) a transição de métodos de estudos sociológicos verbais e não verbais para a utilização de tecnologias digitais, etc. ■

Contato com Nataliya Chernysh <nchernysh@gmail.com>

1. Nataliya Chernysh (Outubro 2017) “Sociology today – Trends and perspectives for development” <http://stmm.in.ua/archive/ukr/2017-4/4.pdf> (em russo).

> Trauma coletivo e individual

por **Yuriy Pachkovskyy**, Universidade Nacional Ivan Franko de Lviv, Ucrânia



Credito: Nastyaofly/Depositphotos.

A guerra russo-ucraniana em curso é um desafio para todo o mundo civilizado. No contexto atual da Ucrânia, podemos observar o colapso de todos os princípios da coexistência internacional de Estados, e como os destinos humanos dependem do voluntarismo e das ambições imperiais de um país, ou, na verdade, de uma pessoa à frente do Estado, que procura ditar a sua ideologia misantrópica ao mundo inteiro. Os horrores da guerra que todos os cidadãos da Ucrânia estão vivendo hoje, também, afetam quase todas as esferas da comunidade mundial, que enfrenta desafios globais para sua própria segurança, especialmente das ameaças nucleares da Rússia, bem como os mais recentes desafios migratórios, a fome global e as crises energéticas e ambientais. Estes podem parecer pequenos em comparação com a tragédia, e de fato o genocídio, que todo o povo ucraniano está a viver. De acordo com estatísticas oficiais, durante os primeiros 115 dias da guerra, a Rússia matou mais crianças na Ucrânia do que na Síria, em todo o ano de 2021, ou na Bósnia, no período de 1992-1995¹.

Refletindo sobre os problemas da guerra e suas consequências, como sociólogo e psicólogo, penso em uma série de comparações e analogias que se encaixam bem com o conceito de trauma social (P. Sztompka, J.C. Alexander, R. Eyerman, etc.): guerra como um desafio global; guerra que permeia os destinos humanos; guerra como uma maneira de criar e construir uma nova visão e valores da existência humana; guerra como preocupações e experiência de vida; guerra como um espaço para a atividade humana e força de espírito; guerra como uma luta pelo futuro pessoal e o destino das gerações; guerra como genocídio; como caminho para a consolidação e a solidariedade, etc. Tudo isso continua. No entanto, o que une todas essas associações com a guerra é que, em sua maioria, precisamos de uma

maneira de superar um evento traumático que afeta a vida de cada pessoa, bem como toda a sociedade. Cada pessoa que experimenta a guerra, ou é moldada em seu cadinho, tem sua própria história de vida individual e única. Em sua junção, essas histórias de vida estão “entrelaçadas” ou conectadas com o país onde nascemos, onde vivemos e trabalhamos, e cuja história criamos.

A história da Ucrânia é como o voo de um pássaro ferido, que luta para subir cada vez mais alto, para a luz, fora da escuridão e da incerteza. Durante seu progresso, a Ucrânia sofreu um grande trauma histórico (por exemplo, vale mencionar os eventos do início do século XX, a luta dos ucranianos pela independência da Rússia bolchevique, o Holodomor da década de 1930, a devastadora guerra germano-soviética de 1941-1945, Chernobyl em 1986 e agora a guerra russo-ucraniana, que vem ocorrendo desde 2014 e que levou à anexação da Crimeia e de partes da região de Donetsk e Luhansk pela Rússia), bem como o trauma sociocultural do final do século XX e início do século XXI, que resultou de um longo período de transformação social e da ruptura do antigo sistema de valores com a luta pela democracia durante a Revolução Laranja de 2004 e a luta sobre as barricadas por uma perspectiva europeia durante a Revolução da Dignidade em 2013-14. O longo caminho histórico de luta e sofrimento foi gravado na memória social do povo ucraniano; experiências emocionais profundas levaram a traumas mentais ao nível de grupos sociais e indivíduos. De acordo com o Ministério da Saúde da Ucrânia, cerca de 15 milhões de ucranianos precisarão de apoio psicológico devido à guerra em grande escala hoje, e 3 a 4 milhões precisarão de tratamento médico para distúrbios mentais. Pelo menos um em cada cinco ucranianos sofrerá consequências negativas para a saúde como resultado da guerra, com o número de pessoas que sofrem de problemas de saúde mental aumentando a cada dia que a guerra continua.

Dada a experiência do povo ucraniano, a guerra atual produziu uma nova percepção da realidade; ao nível do ucraniano médio, houve uma ruptura com todos os mitos preexistentes de “irmandade russo-ucraniana” – com qualquer caminho comum através da Grande Guerra Patriótica e a reconstrução da economia nos anos do pós-guerra. Essa compreensão de que somos diferentes tornou-se óbvia mesmo para aqueles ucranianos que não queriam considerar a ideia de destruir raízes eslavas comuns. Essa identidade pode ser traçada especialmente através da percepção de guerra, que para nós, ucranianos, é realmente uma guerra pela nossa liberdade, dignidade e existência (para eles, russos, isso não é uma guerra, mas uma operação chamada especial: he-

>>

roicização de seus líderes assassinos e ódio de tudo que é ucraniano). Para nós, ucranianos, esta guerra é um evento profundamente traumático, mas para eles é uma ocasião para euforia emocional e o triunfo dos símbolos Z e V na consciência de massa. Esta nova vida exige de todos os ucranianos um grande esforço, luta e consolidação, tal como o exige de todo o mundo democrático e, em especial, de todos os europeus sem exceção.

A tragédia especial desta guerra foi a antecipação do inesperado. Vivíamos em condições de situação militar no leste do país, que já durava há oito anos, e o (des) entendimento que “pairava” sobre o país, sobre cada um de nós. O dia 24 de fevereiro de 2022 representou uma contagem regressiva para uma nova história para nós, quando todos nós, adultos, nos perguntamos a fatídica questão: “Eu quero voltar para a URSS?” Ou, alternativamente: “Quero viver num país onde haja respeito pelos direitos humanos, liberdade e democracia?” O início de uma nova contagem regressiva é, de fato, um enorme choque (o estado emocional associado a um evento traumático), quando o destino do país foi decidido nos primeiros cinco a sete dias após a invasão russa em massa ao longo de 1000 quilômetros da nossa fronteira comum. Pedi aos alunos do Departamento de Sociologia da Universidade Nacional Ivan Franko de Lviv que descrevessem (reconstruíssem) a percepção que tinham da guerra nos últimos três meses, desde que ela começou. As impressões emocionais mais fortes em suas vidas acabaram por estar relacionadas com o(s) primeiro(s) dia(s):

“Para mim, a manhã do início da guerra era como se um ente querido tivesse morrido e eu estivesse indo ao funeral. Todos estavam assustados. Nos primeiros dias, eu tinha medo de sair, deitado na cama o tempo todo assistindo o noticiário. No terceiro dia da guerra, saí de casa pela primeira vez e fui buscar pão com um amigo; as filas nas lojas eram longas, e as prateleiras onde os bens essenciais deveriam estar estavam quase vazias. Eu estava desconfortável e assustado.” (Vira, 19 anos)

“A primeira noite após a declaração de guerra foi longa para mim, cada carro que passava pela casa era como um helicóptero ou um foguete; por causa disso e do estresse constante que eu não conseguia dormir...” (Dmytro, 21 anos)

“A primeira noite foi quase a pior. Devido ao incrível estresse, a insônia começou, eu assisti as notícias o tempo todo, não sabia o que fazer, estava em pânico. Cerca das três da manhã, três jatos voaram sobre a casa. Era um som tão alto, pesado e persistente que, enquanto voavam, parecia uma eternidade. Desde então, o meu pânico duplicou. Alguns dias sem sono e nutrição normais, cheios de medo e pânico, levaram à exaustão. Como eu não podia estudar, percebi que desta forma eu não ajudaria ninguém, e comecei a procurar onde eu seria útil.” (Anastasia, 20 anos)

“Eu choro toda vez que penso que preciso terminar com alguém ou que posso perder alguém... Creio que não é tão assustador quanto em um filme, temos de passar por isso. Eu amo muito minha família e meus parentes, apesar de todos os problemas e brigas. Quero que todos sejamos saudáveis e vivos e que estejamos juntos. Pode ser que tudo esteja bem. Eu quero viver.” (Kseniia, 18 anos)

“Às 7h44 em Lviv, um alarme de ataque aéreo foi ouvido pela primeira vez. Eu saltei da cama e corri para o corredor dos vizinhos. Uma careta de um sorriso nervoso con-

gelou no meu rosto, e um tremor permeou meu corpo...” (Martha, 18 anos)

Acredita-se que para superar uma lesão leva tanto tempo quanto uma pessoa que esteve sob a influência de um evento traumático com forte experiência emocional. Esse processo de “superação” pode levar meses, anos ou mesmo décadas, dependendo da força do impacto do evento sobre a pessoa e sua resistência ao estresse. Do ponto de vista da sociologia, na minha opinião, hoje o estudo do trauma coletivo da guerra como um estresse militar agudo no contexto de “trauma testemunha”, “sofrimento humano”, “busca de um novo significado da vida”, “síndrome de ansiedade militar”, “superação conjunta de eventos traumáticos”, etc. é mais oportuno do que nunca. O caso atual da sociedade ucraniana retrata um elevado grau de auto-organização. Este exemplo poderia servir de inspiração de forma muito mais ampla para a prevenção do trauma coletivo, cujas consequências têm um significado psicoterapêutico mais profundo, nomeadamente, no seu - paradoxalmente - impacto construtivo na sociedade em geral. Para a Ucrânia, superar a guerra como um trauma coletivo significa:

- 1) a ruptura final com o passado soviético e com o que está relacionado com as invasões imperiais russas e o “mundo russo”;
- 2) a oportunidade de restaurar a sua integridade territorial em combinação com a prestação de garantias internacionais de segurança e paz e o arrendamento de terras;
- 3) a construção da sociedade civil e, em primeiro lugar, das capacidades do movimento de voluntários, que se generalizou e se tornou um dos pré-requisitos importantes para a luta pela criação de um Estado;
- 4) abrir uma nova perspectiva europeia para a Ucrânia enquanto país candidato à adesão à UE;
- 5) progressos inovadores como uma perspectiva pós-guerra de reconstrução do país com a participação de investimentos ocidentais e amplos programas internacionais para apoiar as regiões que foram particularmente afetadas pelas hostilidades;
- 6) defender os valores democráticos (civilizados) e a sua inviolabilidade no mundo moderno;
- 7) criar um novo padrão de solidariedade entre os países unidos por um entendimento comum das ameaças globais colocadas pela guerra;
- 8) estar ciente da firmeza do povo ucraniano na defesa da sua independência e perceber que a Ucrânia já derrotou o agressor russo com a sua inspirada resistência.

É claro que a superação de uma situação traumática pressupõe não só a ação coordenada de toda a sociedade ucraniana, mas também uma compreensão dos problemas pessoais de cada pessoa afetada pela guerra. Na minha opinião, o fator unificador que pode combinar a saída para o indivíduo e o coletivo desta situação traumática é a profunda fé que todos têm na vitória.

Lviv, 25 de junho de 2022 ■

Contato com Yuriy Pachkovskyy <ypachkovskyy@gmail.com>

1. (em ucraniano) <https://molodost.in.ua/news/7002/> (19 de junho de 2022).

2. (em ucraniano) <https://poglyad.tv/u-moz-vvazhayut-shcho-cherez-vyynu-kozhen-yaty-ukrayinec-matime-problemi-z-psihikoyu-article> (10 de junho de 2022).

> A guerra na Ucrânia muda o que pensávamos saber

por **Darie Cristea**, Universidade de Bucareste, Romênia

Já escrevi em outras ocasiões sobre a falta de metodologia na sociologia das relações internacionais e estudos de segurança, sobre a ligação muito próxima e talvez fatal com o jornalismo. Os cientistas sociais são obcecados por uma função profética: provavelmente para provar sua capacidade de entrar no cânone da causalidade, eles procuram prever crises, tendências e resultados eleitorais. E todas as vezes são acusados de estar errados: antes de 2020, a sociologia não prestava atenção a uma possível pandemia; os sinais da guerra na Ucrânia foram mal interpretados; em cada ciclo eleitoral, as pesquisas não são tão precisas quanto a imprensa e o público gostariam.

> Dois anos cheios de surpresas

Os últimos dois anos e meio foram cheios de surpresas. Depois da surpresa de uma *gripe como nenhuma outra* (a pandemia da COVID-19), veio a surpresa de uma guerra surpreendentemente parecida com a que vimos na primeira metade do século passado. A tragédia que a guerra trouxe à Ucrânia é imensa e tem sido muito discutida. Mas o choque da guerra no mundo ocidental, de imagens de refugiados a imagens de bombardeios, tanques e cidades destruídas, é também um choque para o conhecimento. Como em um verdadeiro exercício de *terceirização*, as pessoas acreditaram por quase três décadas que essas questões estavam sendo tratadas pela sociologia, ciência política, relações internacionais, estudos estratégicos e de segurança, ciência militar e diplomacia. A sociedade ocidental de alguma forma se viu afastada de tais preocupações: não havia pessoas que estudavam esses problemas e agiam para evitar que tais coisas acontecessem novamente? Então, o que aprendemos, como sociólogos, com o que está acontecendo na Ucrânia?

> Uma visão da Romênia e a relevância da OTAN

Desde a entrada da Romênia na OTAN e na UE, os romenos têm estado consistentemente entre os povos mais pró-OTAN, pró-UE e pró-americanos na UE, e isso foi confirmado pelo ataque da Rússia à Ucrânia. De fato, a principal crítica global à OTAN nos últimos anos tem sido que em um ambiente de segurança relativamente estável, onde as ameaças não são mais representadas por Estados, mas sim por conflitos assimétricos

com atores não estatais (por exemplo, terrorismo), ou casos isolados de estados “disputando” com a ordem internacional, um colosso como a OTAN torna-se inútil. O ataque da Rússia à Ucrânia, embora não formalmente reconhecido na Rússia como uma guerra, reestabeleceu a relevância da OTAN como garantia de segurança para os Estados membros e comprometeu a ideia de não alinhamento (considerando Finlândia e Suécia).

> Partidos contra o sistema

Nos últimos anos, a Europa viu o surgimento de partidos antisistema mais ou menos bem-sucedidos, muitos dos quais com certas dimensões populistas, soberanas ou eurocéticas. A pandemia e os esforços dos estados europeus para mantê-la sob controle forneceram uma plataforma para esses movimentos, a maioria dos quais são antivacinas e antirestrições ou negam a existência da pandemia. Na Romênia, a invasão russa da Ucrânia reduziu o apelo desses movimentos antisistema e aumentou a popularidade da OTAN e da UE.

Tem havido muita especulação sobre a proximidade dos movimentos antisistema com a Rússia, ou com os temas da propaganda russa – embora isso seja extremamente complexo e difícil de provar. Nos últimos três meses, vimos que a relação desses movimentos com a guerra é atípica: desde não abordar a questão da guerra publicamente, até afirmar que a Ucrânia não é muito democrática (como se isso pudesse mudar o fato de que a Rússia é a clara agressora nesta guerra); da redução da empatia com as vítimas da guerra à preocupação com a minoria romena na Ucrânia, à relativização da identificação do agressor. Portanto, a guerra na Ucrânia é um verdadeiro teste decisivo para os partidos antisistema e sua fraqueza ainda é incompreensível para a Rússia de Putin.

> O realismo se vinga

A partir de 1990, a sociologia das relações internacionais viveu um certo paradigma de fim da história: as grandes guerras terminaram, mesmo as frias; o liberalismo havia triunfado sobre o realismo. Haveria guerras pontuais, explicadas por questões locais ou regionais; mas o mundo tornou-se unipolar, com uma série de potências medíocres incapazes de desafiar os EUA, o *único para-*

>>

“O caráter multiparadigmático das ciências sociais pode revelar-se uma qualidade excepcional se soubermos usá-la quando compreender o mundo é mais importante do que validar nossas hipóteses”

dígma da superpotência. Depois de 11 de setembro de 2001, o roteiro parecia ter sido reescrito, mas apenas aparentemente. Surgiu um novo adversário (o terrorismo), um eixo do mal mantido por atores estatais; e desafiar a ordem mundial, as lutas armadas, etc. tornou-se atos de delinquência, não de guerra. O sistema internacional não era mais o pacífico (ainda que tantas vezes contrariado por guerras pontuais) imaginado depois de 1990. Um inimigo assimétrico e não convencional apareceu, mas militarmente falando, o mundo não estava em grande perigo, o medo da guerra generalizada era insignificante no Ocidente, e os EUA/OTAN ainda eram a superpotência central do sistema internacional. O sistema ainda era liberal. O presidente americano G. W. Bush disse que a Romênia se tornaria a *ponte para a nova Rússia*. Por trás do poder militar e econômico do mundo ocidental estava o fator *soft power*. O Ocidente estava se expandindo porque tinha países candidatos batendo à sua porta.

Mas o realismo estava prestes a cobrar seu preço. Depois de 2010, a China não poderia mais ser ignorada como potência econômica. Na mesma época, nem a Rússia, nem a China pareciam dispostas a “concordar” com a ordem mundial dos vinte anos anteriores. Se olharmos atentamente para a Rússia, veremos sua invasão da Geórgia em 2008; no início de 2010, algumas tentativas importantes da Rússia para impedir uma possível mudança euro-atlântica por parte da Ucrânia e da Moldávia; em 2014, a rebelião de Donbass com o apoio da Rússia, seguida pela anexação da Crimeia pela Rússia. No Ocidente, as pessoas não viam mais a possibilidade de guerra na Europa, então esses episódios passaram com relativa facilidade. A Rússia não era mais o país que era antes de 2010, começava a ser vista como um potencial agressor, mas a manutenção da ordem mundial prevalecia.

Em fevereiro de 2022, a invasão russa da Ucrânia eclode como um claro ato de agressão incompreensível para o público em geral. A ideia de que a orientação da Ucrânia para o Ocidente torna a Rússia vulnerável à OTAN e à UE é moralmente difícil de entender: 2014 marcou uma ruptura definitiva entre a Rússia e a Ucrânia. O apoio público russo à guerra é incompreensível. Mas um especialista pode reconhecer a adoção de um paradigma realista e a rejeição do liberalismo que parecia ter vencido o debate interparadigmático das relações internacionais após quase 100 anos de competição teórica.

Além disso, a guerra, com seus mísseis, tanques, capacetes e metralhadoras – como nos documentários e filmes sobre guerras há 50 anos – deixou claro que a guerra não desapareceu. As armas nucleares, sobre as quais a teoria das relações internacionais mal falava

desde 1990, também não desapareceram. Nem mesmo a teoria por trás do fenômeno é nova. Décadas de estudos de relações internacionais e segurança parecem ter sido desperdiçadas, como se estivessemos voltando à Guerra da Coreia e à Crise dos Mísseis de Cuba.

Em resumo, estamos em um clássico dilema de segurança completo. A OTAN não está diretamente envolvida na Ucrânia, mas está em alerta máximo. Onde a Rússia vai parar? O medo da guerra está em seu ponto mais alto desde 1990 na Europa Oriental. A guerra moderna não é diferente da anterior: não é econômica, não é online, não é civilizada, não é protetora de civis. A guerra moderna é tão clássica quanto pode ser, só que mais destrutiva. Políticos, militares, analistas e o público em geral viveram em um conforto ilusório por duas décadas. Não vamos esquecer que notícias falsas e propaganda russa são discutidas há anos, especialmente depois de 2014, mas a maioria usou o termo “guerra cibernética” para isso, como se substituísse a guerra real. Agora vemos que as notícias falsas estão fazendo o que a propaganda sempre fez: preparou o terreno para uma guerra real e agora está ajudando a gerenciá-la.

> Não nos esqueçamos da Moldávia

Se considerarmos a guerra na Ucrânia de uma perspectiva romena, devemos mencionar a Moldávia. As sensibilidades da Romênia em relação à República da Moldávia e os laços de identidade correspondentes são conhecidos. Quando os dados de 1990 foram lançados, a Moldávia permaneceu do outro lado do “muro” novamente, enquanto a Romênia tinha apenas um projeto político coerente: a integração euro-atlântica. E parece que o projeto funcionou. Um dos temores atuais está relacionado a uma possível extensão do conflito na Transnístria e na República da Moldávia (inédito até agora). A Moldávia é provavelmente o melhor exemplo de um estado pego fora do jogo pela crença de que a neutralidade é útil. É uma tentativa de pragmatismo: a Moldávia tentou durante 30 anos manter uma relação funcional com a UE/Romênia e também com a Rússia.

Em suma, acredito que a primeira obrigação dos pesquisadores é substituir as pretensões de prever o futuro com foco em cenários prováveis para os quais possam encontrar respostas adequadas. Não é a primeira vez na história que a realidade não corresponde à teoria. Afinal, a principal falha das ciências sociais – seu caráter multiparadigmático – pode revelar-se uma qualidade excepcional se soubermos usá-la quando compreender o mundo é mais importante do que validar nossas hipóteses. ■

Contato com Darie Cristea <darie.cristea@sas.unibuc.ro>

> Por que precisamos de dados comparativos interseccionais LGBTQ+

por **Sait Bayrakdar**, King's College, Londres, Reino Unido e **Andrew King**, Universidade de Surrey, Reino Unido



Compreender a extensão das desigualdades é essencial para a concepção de políticas informadas para melhorar a vida das pessoas LGBTQ+. Crédito: Sait Bayrakdar.

A pesar de alguns avanços significativos em muitos países europeus nas últimas décadas, a pesquisa mostra que as desigualdades vividas por lésbicas, gays, bissexuais, trans e outras sexualidades e gêneros diversos (LGBT+) persistem. Muitas pessoas encontram essa discriminação em vários ambientes sociais, locais de trabalho e espaços públicos ou ao acessar serviços públicos.

> Limitações atuais de dados sobre desigualdade

Compreender a extensão de tais desigualdades é essencial para elaborar políticas informadas para melhorar a vida das pessoas LGBTQ+. No entanto, até recentemente, as fontes de dados que permitiriam aos formuladores de políticas adquirir tal conhecimento não estavam disponíveis. Até a segunda década deste século, muitas pesquisas não coletavam rotineiramente informa-

ções sobre orientação sexual ou identidade de gênero; e ainda hoje, muitas pesquisas importantes ainda não incluem perguntas sobre identidade de gênero.

Essas limitações de dados restringiram as oportunidades de fazer comparações entre países sobre a prevalência de desigualdades LGBTQ+: as tentativas de coletar dados de pesquisas permaneceram em grande parte dentro das fronteiras nacionais. Os pesquisadores muitas vezes limitaram a coleta de dados ao seu próprio país e, em seguida, exploraram experiências e desigualdades nos contextos legislativos, socioeconômicos, políticos e culturais nacionais. Sem dúvida, esses dados coletados individualmente nos países são importantes e úteis. No entanto, tais decisões metodológicas, muitas vezes restritas por preocupações práticas e locais, não ajudam a estender nossa compreensão das desigualdades LGBTQ+ a cenários mais amplos. Estudos que usam dados de um único país geralmente não

>>

permitem que os pesquisadores examinem como as informações contextuais em nível de país podem ter impacto nas desigualdades LGBTQ+. Embora os efeitos de algumas intervenções políticas possam ser extraídos usando dados longitudinais, os fatores contextuais que estão embutidos em processos sociais de longo prazo são difíceis de capturar, mesmo em estudos de painel relativamente longos.

> Por que os dados devem ser comparativos e interseccionais

Adotar uma abordagem comparativa, em que se exploram as desigualdades entre países, permite-nos compreender como os fatores contextuais podem moldar as desigualdades LGBTQ+ e o comportamento discriminatório. Isso deve ser considerado importante do ponto de vista sociológico e de formulação de políticas. É sociologicamente significativo, pois muda o foco dos fatores individuais para os contextuais e destaca as barreiras estruturais à igualdade. De uma perspectiva de formulação de políticas, indica como um país se sai em comparação com outros na tentativa de criar resultados favoráveis e, assim, destaca onde os governos e outras organizações estão falhando na implementação de políticas eficazes e em quais áreas podem precisar se concentrar.

No entanto, há uma outra questão. Quando as pesquisas não coletam dados detalhados sobre identidades sociais, como sexualidade e identidade de gênero, elas impedem os pesquisadores de comparar não apenas entre nações, mas também entre as diferenças de grupo ou considerando o que é frequentemente chamado de ‘fatores interseccionais’: diferenças dentro e entre pessoas LGBTQ+ em uma série de características como classe, etnia, religiosidade, habilidade, etc. É importante que essas diferenças interseccionais sejam compreendidas para criar políticas mais inclusivas que atendam a todos os indivíduos das comunidades LGBTQ+.

> Um estudo comparativo e interseccional promissor

Aplicamos uma abordagem interseccional comparativa no projeto [CILIA-LGBTQI+](#) (Comparing Intersectional Life Course Inequalities between LGBTQI+ Citizens in Four European Countries) [Comparando Desigualdades do Curso de Vida Interseccional entre Cidadãos LGBTQI+ em Quatro Países Europeus] para abordar esses problemas. No início do nosso projeto, que aconteceu na Inglaterra, Alemanha, Portugal e Escócia, revisamos a literatura e realizamos mapeamento de dados para identificar as lacunas no conhecimento interseccional comparativo. Descobrimos que precisávamos de um conjunto de dados que nos permitisse fazer comparações transnacionais e interseccionais, mas que as fontes adequadas eram muito limitadas. A Pesquisa sobre Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros da União Europeia ([EU LGBT Survey](#)) [Pesquisa LGBTQ da UE] realizada pela Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia foi, no entanto, muito útil nesse sentido. Consiste em informações de indivíduos LGBTQ em 28

países europeus e considera seus eventos de vida, experiências de discriminação e características demográficas. Seu desenho comparativo e perguntas detalhadas sobre incidentes e experiências de LGBTQ nos proporcionaram uma oportunidade única de explorar as interseções de diversas comunidades usando uma abordagem comparativa que atenta ao contexto nacional.

> Alguns resultados comparativos e interseccionais

[Nossa análise](#) desses dados nos permitiu examinar a propensão de experiências de discriminação, assédio e violência na Alemanha, Portugal e Reino Unido. Ela mostrou algumas diferenças marcantes entre indivíduos lésbicas, gays, bissexuais e trans nos três países. Por exemplo, enquanto os indivíduos trans parecem ser mais propensos a sofrer incidentes de discriminação, assédio e violência nos três países, as mulheres lésbicas são mais propensas a sofrer discriminação e assédio do que os homens gays, embora os homens gays sejam mais propensos a sofrer violência. No geral, as experiências LGBTQ parecem ser muito diversas, e isso merece mais atenção na formulação de políticas.

Além disso, também existem diferenças interessantes entre os três países. Embora os indivíduos trans sejam o grupo com maior probabilidade de denunciar discriminação, assédio e violência no Reino Unido, a violência contra eles também é mais prevalente neste país. Os gays também são mais propensos a se tornarem vítimas de violência no Reino Unido do que na Alemanha ou em Portugal. Outras características sociodemográficas também são importantes para moldar as experiências dos indivíduos LGBTQ. Por exemplo, pertencer a uma minoria étnica ou ter uma deficiência aumenta a probabilidade de sofrer violência nos três países, enquanto o aumento dos recursos econômicos (medido pela renda familiar) parece reduzir a probabilidade de sofrer violência na Alemanha e no Reino Unido, mas não em Portugal.

> Como levar a política adiante

Essas diferenças sutis merecem atenção, pois implicam que fatores contextuais, tanto dentro como entre países, influenciam as experiências dos indivíduos LGBTQ. Portanto, precisamos de mais dados que nos permitam examinar as desigualdades LGBTQ de forma comparativa e interseccional. Com isso, queremos dizer que entender as maneiras altamente diferenciadas como nosso estudo mostra que a discriminação, o assédio e a violência afetam os indivíduos LGBTQ é o primeiro passo para a formulação de políticas proativas, em vez de simplesmente reativas. Também proporcionará uma abordagem de igualdade que vai além da legislação em si, para entender como a interação entre fatores estruturais e contextuais molda a vida LGBTQ. ■

Contato com
Sait Bayrakdar <sait.bayrakdar@kcl.ac.uk>
Andrew King <Andrew.king@surrey.ac.uk>

> Quem sabe?

Reconhecimento, citação e injustiça epistêmica

por **Jana Bacevic**, Universidade de Durham, Reino Unido



Credito: Pixabay 2016.

De muitas maneiras, a profissão acadêmica está se tornando mais diversificada. Desde 1990, as mulheres constituem a maioria dos estudantes de graduação e mestrado em nível global. Na UE, as mulheres representam 54% dos alunos de graduação, 58% dos alunos de mestrado e 48% dos graduados em nível de doutorado, mas ainda representam apenas 24% dos professores. Os acadêmicos de minorias étnicas estão sub-representados em toda a profissão acadêmica: no Reino Unido, por exemplo, negros e acadêmicos de minorias étnicas ocupam apenas 7,3% dos cargos docentes.

> A relação entre educação, conhecimento e justiça social

Nos últimos anos, essas desigualdades tornaram-se cada vez mais visíveis, em parte graças às campanhas para descolonizar o currículo e a uma crescente conscientização sobre a relação entre educação, conhecimento e justiça social. E, no entanto, a relação entre desigualdades sociais e epistêmicas é profunda e precisamos olhar não apenas para quem estuda ou ensina em nossas salas de aula, mas também para nossas fontes de conhecimento, incluindo listas de leitura: de

quem são as vozes representadas? De quem é o conhecimento enquadrado como relevante – e para quê?

O conceito de injustiça epistêmica capta como as desigualdades sociais – por exemplo, as de gênero e de etnia/raça – moldam quem pode ser reconhecido como um possuidor de conhecimento válido/crível. Formalizado por Miranda Fricker, o conceito foi influenciado e por sua vez influenciou filósofos, epistemólogos feministas e outros estudiosos que estudam diferentes formas de “excesso de credibilidade” ou “déficit”: diferenças em como as formas de preconceito baseado na identidade influenciam a recepção e interpretação de afirmações de conhecimento. Por exemplo, quem conta como uma “testemunha confiável” no tribunal depende de como sua classe, gênero, idade, status e etnia/raça são percebidos – muitas vezes em detrimento de grupos marginalizados ou historicamente desfavorecidos.

No entanto, essas desigualdades não existem apenas no nível das contribuições individuais do conhecimento. Elas são parte integrante de como o conhecimento é produzido, medido, valorizado e trocado; em outras palavras, da economia política global da produção do conhecimento. Nesse sentido, a questão não é apenas quem pode ser

>>

visto como possuidor de conhecimento válido, mas também *sobre o que* se pode ser visto como conhecedor. Como teórico social e sociólogo do conhecimento, refiro-me a isso como a relação entre sujeitos epistêmicos (aqueles que sabem) e objetos epistêmicos (o que eles sabem).

> A reprodução das desigualdades sociais na academia

Em *Epistemic injustice and epistemic positioning: towards an intersectional political economy* [Injustiça epistêmica e posicionamento epistêmico: rumo a uma economia política interseccional], desenvolvi o conceito de posicionamento epistêmico para mostrar como os julgamentos sobre os conhecedores impactam nos julgamentos sobre os objetos do conhecimento – e vice-versa. Um exemplo bem conhecido é quando as afirmações de conhecimento das mulheres são vistas como “emocionais” ou “falando por experiência”, enquanto aquelas feitas por homens ou estudiosos *mainstream* são classificadas como “teóricas” ou “gerais”. Mas existem formas mais sistemáticas e insidiosas de descrédito, como, por exemplo, apelidar a teoria crítica da raça ou qualquer outro tipo de investigação de conhecimento baseado na identidade de “estudos de queixas”. Chamo isso de *delimitação*, pois enquadra as reivindicações de conhecimento como *vinculadas* à experiência pessoal (ou “agravos”) de seus sujeitos, e não como contribuições iguais para o conhecimento científico.

O segundo tipo de posicionamento, *domínio*, está intimamente ligado ao primeiro: é quando as contribuições de conhecimento de certos tipos de detentores de conhecimento são associadas a domínios ou disciplinas com base na identidade do falante. Por exemplo, mulheres em painéis acadêmicos geralmente contribuem com a perspectiva de “gênero” ou “feminista” sobre o assunto, enquanto estudiosos negros e de minorias são convidados a falar “sobre raça”. O que complica as coisas é que essas formas de posicionamento são frequentemente usadas estrategicamente por acadêmicos para navegar nas redes de financiamento e reconhecimento acadêmico. Mas elas também impõem uma fronteira artificial sobre quem pode ser visto como sabendo sobre o quê: enquanto estudiosos de minorias são geralmente enquadrados como especialistas em um elemento de sua identidade ou herança, estudiosos brancos e “não marcados” podem ser especialistas em qualquer coisa. Isso torna seu capital acadêmico significativamente mais conversível: você tem uma chance maior de conseguir um emprego se puder ensinar sobre vários tópicos, em vez de ser um especialista em apenas um domínio. Aliado à *delimitação*, ou seja, à tendência de reduzir as pretensões de conhecimento à identidade de seus produtores, isso contribui para a reprodução das desigualdades sociais dentro da academia.

> O efeito Mateus

No entanto, o sucesso na profissão acadêmica não é apenas resultado do reconhecimento da expertise em contextos apropriados; muitas vezes é uma questão de

ser reconhecido ou creditado, absolutamente. Mulheres e acadêmicos de minorias muitas vezes experimentam a terceira forma de posicionamento: *não atribuição* – seu trabalho é usado, mas sem a devida citação ou crédito. Às vezes, isso se deteriora em “apropriação” total, onde o crédito vai para outra pessoa – esse *alguém* frequentemente é homem, branco, idoso e privilegiado. Claro, temos um nome para isso na sociologia: o efeito Mateus.

Geralmente atribuído a Robert Merton, o “efeito Mateus na ciência” (nomeado em homenagem ao Evangelho segundo Mateus: “Pois a todo aquele que tem, mais será dado, e terá em abundância; mas àquele que não tem, até o que tem, será retirado”) descreve a tendência do crédito pelas descobertas científicas ir para o cientista mais antigo e reconhecido da equipe. Em 1993, Margaret Rossiter cunhou um termo relacionado, o “efeito *Matilda*”, para conceituar a tendência do crédito ir para os homens, e não para as mulheres. Mas, poucos sociólogos sabem que potencialmente o caso mais famoso dos efeitos *Matilda* e *Mateus* é, precisamente, o efeito Mateus.

Publicado pela primeira vez sob o nome de Merton em “The Matthew Effect in Science” [O Efeito Mateus na Ciência] na revista *Science*, o conceito do efeito Mateus foi co-desenvolvido por Merton e Harriet Zuckerman, cuja pesquisa sobre vencedores do Prêmio Nobel forneceu o principal material empírico para o estudo. Merton, de fato, reconheceu isso explicitamente na segunda e terceira edições do “The Matthew Effect”, afirmando em uma nota de rodapé que ele “se baseou na entrevista e em outros materiais do estudo de Zuckerman de tal forma que, claramente, o artigo deveria ter aparecido sob autoria conjunta” e que “um senso suficiente de justiça distributiva e comutativa exige que se reconheça, ainda que tardiamente, que escrever um artigo científico e acadêmico não é motivo suficiente para se designar como seu único autor”. E, no entanto, isso não mudou a forma como o conceito é lembrado: a maioria dos sociólogos, até hoje, ainda credita Merton por cunhar o termo.

> Os requisitos da justiça epistêmica

Isso sugere que afirmações tardias de autoria não podem reverter os efeitos de longo prazo da injustiça epistêmica. Mulheres e minorias acadêmicas que exigem reconhecimento são frequentemente vistos como irritantes, agressivos ou mesquinhos. A *delimitação* e o *domínio* tornam mais fácil justificar a exclusão de alguém da lista de referências – se sua pesquisa foi apenas sobre um determinado objeto (universidades, digamos, em vez de poder) ou se foi baseada principalmente na *experiência* (em vez de, digamos, teorização), e, em particular, se eles são *mesquinhos* sobre isso.

À medida que nossas profissões e listas de leitura continuam a se diversificar, precisamos permanecer atentos à tendência não apenas de excluir, mas também de posicionar certos estudiosos e seus trabalhos como menos importantes, válidos ou aplicáveis. A justiça epistêmica requer que cada um de nós faça o trabalho e receba o crédito pelo trabalho que faz. ■

Contato com Jana Bacevic <jana.bacevic@gmail.com>

> **Corpos lucrativos e mobilidades assistenciais na Europa Central e Oriental**

por **Petra Ezzeddine**, Universidade Charles Praga, República Tcheca e **Kristine Krause**, Universidade de Amsterdã, Holanda



Os panoramas de cuidados transnacionais requerem tanto os corpos que cuidam quanto os corpos que são cuidados. Crédito: Line Môrat.

Os panoramas da assistência e cuidado estão mudando rapidamente nos países do Visegrado (República Tcheca, Eslováquia, Polônia e Hungria), devido à mercantilização geral dos regimes de cuidado, emigração, mudanças nas relações de gênero e uma população cada vez mais envelhecida. Estes desenvolvimentos estão a conduzir a novas complexidades e a uma diversificação do setor de assistência e cuidados, composto por diferentes atores empresariais (incluindo alguns do setor de spa e de turismo), afetando também o papel da família e do Estado. Além disso, a prestação de cuidados é desafiada devido a lacunas criadas pela migração de mulheres para os mercados de assistência e cuidados de países europeus mais ricos. Relacionado a isso, embora envolva muito menos pessoas, está o movimento de idosos na direção oposta, para países onde os custos de assistência e cuidados são cerca de dois terços menores do que nos países vizinhos mais caros.

Em nossos projetos de pesquisa atuais “Panoramas de cuidados transnacionais na Europa Central: Privatização, mercantilização e mobilidades sobrepostas” e “[Re-locating Care within Europe](#),” investigamos essas duas mobilidades de cuidados inter-relacionadas: trabalhadores de assistência e cuidados migrantes de países da Europa Central e Oriental na Alemanha e o fenômeno minúsculo, mas emblemático, da realocação de idosos alemães para instituições de saúde nos países do Visegrado. Ambas as tendências podem ser entendidas como cúmplices na geração de lucro: extrair trabalho de corpos “trabalhadores” (trabalho migrante) e “direitos” de corpos frágeis de idosos.

> **Reprodução social, cidadania social e o corpo**

Apesar de sua centralidade na reprodução social e na cidadania social, o corpo é facilmente esquecido. É, no entanto, a interseção primária na qual dinâmicas potencialmente cheias de tensão se reúnem na menor escala: o corpo precisa ser nutrido, limpo, vestido e descansado. Para que o corpo de um trabalhador possa trabalhar, outros corpos devem prestar serviços.

Reprodução social é um termo desenvolvido por feministas marxistas para capturar todo o trabalho invisível que é necessário para reparar, manter e sustentar a vida cotidiana das sociedades, incluindo as relações sociais e a manutenção dos ambientes em que as pessoas vivem. Em sentido correspondente, a cidadania social significa o direito à proteção social e educação que deve permitir que as pessoas se tornem e permaneçam cidadãos saudáveis e bem educados.

Portanto, a reprodução social e a cidadania social estão intimamente relacionadas. Ambas participam da reprodução dos sistemas e infraestruturas mais amplas necessárias para tornar possível “viver” e para o funcionamento de uma sociedade, incluindo o trabalho de cuidado. Quando a correlação entre as duas muda, surge um problema de reprodução social; como ocorre quando o idoso é deslocado para o cuidado, o que pode ser visto como um re-manejamento da cidadania social. Ao tentar compreender os panoramas das mobilidades de assistência e cuidado na Europa, usamos os dois termos, reprodução social e cidadania social, como ferramentas analíticas.

> **Panoramas de mobilidades de assistência e cuidado na Europa Central e Oriental**

A terceirização de cuidados para a Europa Central e Oriental (CEE) e o surgimento de infraestruturas de cuidados privadas estão relacionadas à migração laboral de várias maneiras através de mobilidades passadas e presentes. Por exemplo, os trabalhadores migrantes poloneses de assistência que trabalharam na Alemanha estão agora entre os fundadores de casas de repouso privadas na Polônia, e também são procurados como funcionários por causa de sua experiência de trabalho e habilidades linguísticas. Agências de recrutamento desenvolvem e oferecem serviços intermediários para famílias, conectando-as a casas de repouso na região. Além disso, os idosos em casas de repouso particulares nos países do Visegrado são muitas vezes os pais

>>



de pessoas que migraram para trabalhar em outro país, ganhando assim o suficiente para pagar os cuidados de seus pais que ficaram em seu país. Em outros casos, os próprios idosos são migrantes retornados que, depois de terem passado sua vida profissional na Áustria ou na Alemanha, ganharam o direito ao seguro nesses países e, portanto, podem pagar cuidados particulares. Esses casos adicionam complexidade à questão da cidadania social nos Estados de bem-estar social europeus.

Nos países do Visegrado, o surgimento de estabelecimentos privados de assistência e cuidado parece estar diretamente relacionado à fuga de atendimento causada pela emigração, como ilustrado por um exemplo de nossa pesquisa. Em uma casa de repouso localizada a apenas 2 km da Alemanha, na República Tcheca, idosos alemães e tchecos são atendidos juntos. No entanto, os seus cuidados não são prestados por trabalhadores de cuidados tchecos, porque estes deixaram o mercado tcheco para um trabalho de cuidados melhor remunerado na Alemanha; os empregos são preenchidos, por sua vez, por trabalhadores migrantes da Ucrânia e da Moldávia.

Outra sobreposição de mobilidades pode ser observada no caso de Roberto, que sofreu um AVC e não pôde mais morar sozinho. Seus filhos, que não podiam pagar uma casa de repouso na Alemanha, mudaram-no para uma na Polônia, que anunciava seus serviços para idosos da Alemanha. No entanto, Roberto não era originário da Alemanha: ele se mudou da Itália para lá como um jovem 'trabalhador convidado', permaneceu, teve uma família e envelheceu lá. Seus filhos, como muitas outras famílias alemãs, enfrentaram o problema sobre o que fazer em um sistema de assistência que depende de seguro de assistência obrigatório, que precisa ser 'complementado' por pensões e fundos familiares. Na casa de repouso polonesa, Roberto tentou usar seus conhecimentos rudimentares de alemão e Paula, uma polonesa idosa, às

vezes traduzia para ele. Ela cresceu em uma antiga área alemã no sudoeste da Polônia e falava as duas línguas. Esses dois idosos reunidos em um lar privado na Polônia exemplificam a complexidade da reprodução social e da cidadania na Europa de hoje. Isso mostra que, juntamente com os movimentos migratórios atuais, as fronteiras em mudança e os deslocamentos históricos após a Segunda Guerra Mundial continuam a desempenhar um papel.

> Conclusão

Os panoramas transnacionais de assistência e cuidado na Europa Central extraem lucros tanto de corpos que cuidam quanto de corpos que são cuidados. Podemos observar a reprodução social translocal na região refletida por meio de dois fenômenos inter-relacionados: (1) a transnacionalização do cuidado devido à emigração de cuidadoras (mulheres), resultando em uma 'lacuna de assistência e cuidado' em seus países de origem; (2) o fenômeno reverso, muito menor em escopo e escala, da terceirização de cuidados, por meio do qual os idosos são realocados para locais onde os custos da assistência e cuidados são aproximadamente um terço dos custos dos países de origem. Ambos os fenômenos desafiam a forma como conceituamos direitos e reprodução social, em termos de cidadania social europeia e regimes de cuidado. Argumentamos que essas mobilidades de assistência e cuidado iluminam como o corpo está envolvido, mas negligenciado, na crise da reprodução social e da cidadania social na Europa e suas geografias de bem-estar desiguais. ■

Contato com
Petra Ezzeddine <Petra.Ezzeddine@fhs.cuni.cz>
Kristine Krause <k.krause@uva.nl>

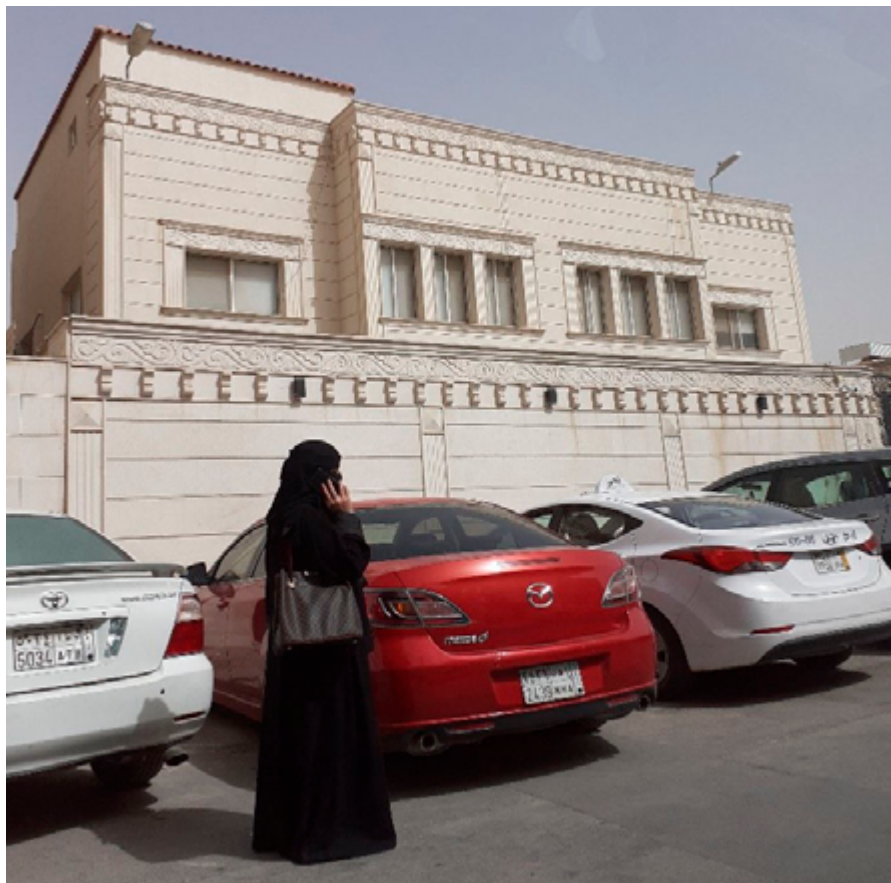
> Trabalho doméstico intermediado:

O mercado Sri Lanka-Saudita¹

por **Wasana Handapangoda**, Universidade Johannes Kepler, Linz, Áustria

Uma empregadora saudita.

Credito: Wasana Handapangoda.



Desde o início da década de 1980, as mulheres do Sri Lanka têm migrado em grande número como trabalhadoras domésticas para o Golfo Pérsico, rico em petróleo. Essa saída de mão de obra foi resultado das reformas de liberalização econômica do Sri Lanka em 1977 e do *boom* do petróleo árabe em 1973, que abriu um mercado abundante para o trabalho doméstico remunerado em um contexto de globalização. Hoje, o trabalho doméstico migrante tornou-se uma das principais exportações do Sri Lanka em termos de contribuição para as receitas em divisas. Dos importadores de mão de obra doméstica do Golfo, a Arábia Saudita continua significativa, com Sri Lanka e Arábia Saudita tendo forjado uma relação de troca comprador-vendedor de longa data mutuamente benéfica no mercado global de assistência e cuidados. O Sri Lanka pode, assim, ser identificado como um intermediador de trabalho transnacional que negocia o trabalho doméstico por uma comissão, que são as remessas das trabalhadoras.

No processo de intermediação de cuidados, os agentes intermediadores privados de migração (*private migrations brokers*, PMBs) desempenham um papel central:

a maioria das mulheres do Sri Lanka procura sua ajuda para encontrar trabalho doméstico remunerado no Golfo. Este artigo fornece uma sinopse da intermediação de trabalhadoras domésticas pelos PMBs (intermediadores) no mercado de assistência e cuidados do Sri Lanka-Arábia Saudita como um elemento constitutivo da economia política global de cuidados. O artigo baseia-se no trabalho de campo realizado no Sri Lanka e na Arábia Saudita em 2019 e 2020, respectivamente

> O processo de intermediação de trabalhadoras domésticas migrantes

O processo de mobilização de cuidados domésticos no corredor de migração Sri Lanka-Arábia Saudita envolve PMBs (intermediadores) baseados no Sri Lanka e na Arábia Saudita que fornecem a conexão transnacional essencial entre trabalhadoras domésticas migrantes do Sri Lanka (SLMDWs) e empregadores sauditas na entrega mercantil dos serviços domésticos de assistência e cuidado.

Como agentes privados de recrutamento terceirizados pelos respectivos governos, esses PMBs (intermedia-

>>

dores) no Sri Lanka (agentes locais – *LAs*) e na Arábia Saudita (agentes estrangeiros – *FAs*) organizam e facilitam a mobilidade de trabalhadoras domésticas migrantes (*MDWs*) de muitas maneiras diferentes. O processo de mobilidade começa com um “pedido de trabalho” de um empregador saudita de uma *SLMDW* (conexão transnacional) colocada para um *FA* (agente estrangeiro). Posteriormente, o *FA* (agente estrangeiro) obtém a aprovação obrigatória do pedido pela Missão do Sri Lanka na Arábia Saudita e despacha o pedido aprovado para o *LA* (agente local), que o recebe. O *LA* (agente local), após obter o registro do pedido pelo Escritório de Emprego Estrangeiro do Sri Lanka (*SLBFE*), procura encontrar aspirantes a *MDWs* (trabalhadoras domésticas migrantes), rastreia-as e seleciona aquelas que atendem aos critérios, por exemplo: salário, idade, experiência, proficiência no idioma (árabe) e religião (muçulmana/não-muçulmana). Na busca por aspirantes a *MDWs*, o serviço monetizado dos subagentes de vilarejos do Sri Lanka se mostra útil como intermediário entre os *LAs* (agentes locais) de cidades e aspirantes a *MDWs* (trabalhadoras domésticas migrantes) de vilarejos, conectando-os através do espaço geográfico e social.

As candidaturas das candidatas selecionadas são então despachadas para o *FA* (agente estrangeiro), das quais o empregador escolhe uma *MDW* (trabalhadora doméstica migrante) que melhor se adequa aos seus critérios. Após a confirmação do empregador, o *LA* (agente local) continua com o processo de mobilização, ajudando a *MDW* (trabalhadora doméstica migrante) a obter a aprovação do *SLBFE* (Escritório de Emprego Estrangeiro do Sri Lanka), bem como a documentação necessária, incluindo passaporte, visto, certificados médicos, certificados de treinamento do *SLBFE* (Escritório de Emprego Estrangeiro do Sri Lanka) e um contrato de trabalho de dois anos. O *LA* (agente local) também arca com a passagem aérea da *MDW* (trabalhadora doméstica migrante) e uma comissão personalizada, com todos os custos de recrutamento recuperados da taxa de agência. Finalmente, depois que a *MDW* (trabalhadora doméstica migrante) chega à Arábia Saudita, o *FA* (agente estrangeiro) a recebe no aeroporto e a confia ao empregador. Durante o contrato, espera-se que tanto o *LA* (agente local) quanto o *FA* (agente estrangeiro) forneçam à *MDW* (trabalhadora doméstica migrante) os serviços de acompanhamento necessários, por exemplo, intervenção em caso de maus-tratos por parte do empregador.

Curiosamente, esse arranjo privatizado de trabalho doméstico remunerado não sai barato. Envolve uma taxa de agência local de cerca de US\$3.500 para uma *SLMDW* (conexão transnacional). Essa taxa de agência local é paga pelo *FA* (agente estrangeiro), que a recupera da taxa de agência paga pelo empregador, equivalente a US\$ 5.500 a US\$ 6.500 para uma *SLMDW* (conexão transnacional). A taxa de agência pode, portanto, variar, dependendo de fatores como idade, experiência, religião, proficiência no idioma e referências da *MDW* (trabalhadora doméstica migrante), que determinam seu “preço” no mercado de atendimento.

> Intermediadores privados de migração: facilitadores ou prejudicadores

As experiências e os resultados da migração das *SLMDWs* (trabalhadoras domésticas migrantes) estão significativamente condicionados aos *PMBs* (intermediadores), locais e estrangeiros, que lhes proporcionam um recurso estratégico como facilitador de suas viagens ao exterior. Dito isso, os *PMBs* (intermediadores) desempenham um papel na precarização, se não hiperprecarização, do trabalho doméstico migrante, uma vez que a esmagadora maioria das *SLMDWs* (trabalhadoras domésticas migrantes) são originárias de locais já precarizados e empobrecidos. Os intermediadores são muitas vezes responsáveis pela criação de condições estruturais que colocam em risco a vida das *MDWs* (trabalhadoras domésticas migrantes) nos circuitos de mobilidade, principalmente em termos de taxa de agência superfaturada, desinformação e falta de serviços de acompanhamento. Destes, a taxa de agência, muitas vezes considerada excessiva e desarrazoada, está explicitamente ligada à criação de uma situação de trabalho contratado/garantido por obrigações. Dado que a taxa de agência é alta e suportada pelo empregador, para as *MDWs* (trabalhadoras domésticas migrantes), ela induz uma relação de contrato com seus empregadores e consequente condições adversas de trabalho nos lares sauditas.

Os *PMBs* (intermediadores) são “um mal necessário” no mercado de cuidados transnacional do Sri Lanka-Arábia Saudita. Para as *MDWs* (trabalhadoras domésticas migrantes), eles são fundamentais para a realização de suas trajetórias migratórias e aspiração de mobilidade socioeconômica. Da mesma forma, para os estados das duas pontas da cadeia assistencial, eles atuam como agentes de estabilidade socioeconômica e política. Em suma, os *PMBs* (intermediadores) aparentemente caracterizam um fenômeno sempre presente no corredor de migração Sri Lanka-Arábia Saudita.

> Conclusão

A intermediação de cuidados domésticos entre o Sri Lanka e a Arábia Saudita resume um exemplo ideal de penetração no mercado capitalista de reprodução social e das irregularidades que isso acarreta. Em uma plataforma de globalização neoliberal, os *PMBs* (intermediadores) têm representado cada vez mais o trabalho doméstico como uma mercadoria desejável, desencadeando discursos conflitantes de potencial econômico e hiperprecariedade. Nesse sentido, o trabalho doméstico migrante intermediado questiona a propriedade da intrusão de meios instrumentais no âmbito reprodutivo; mas, simultaneamente, desdobra a possibilidade de união entre o reprodutivo e o produtivo na economia do cuidado. ■

Contato com Wasana Handapangoda <wasana.handapangoda@jku.at>

1. Este artigo se baseia no projeto ‘Ideal’ Migrant Subjects: Domestic Service in Globalization [Sujeitos Migrantes ‘Ideais’: Serviço Doméstico na Globalização], financiado pelo Fundo de Ciência Austríaco (FWF), Projeto M 2724-G, Lise-Meitner-Grant, duração 11/2019-10/2022. Requerente/Chefe: Dra. Wasana Handapangoda e co-requerente/orientadora: Profa. Dra. Brigitte Aulenbacher, Universidade Johannes Kepler, Instituto de Sociologia, Departamento de Teoria da Sociedade e Análises Sociais.